



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Cumprimento as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores pela sua presença, nesta manhã de quinta-feira.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 10, de 2011-CRA, a Comissão de Agricultura do Senado Federal foi realizar, na última sexta-feira, dia 20 de maio de 2011, o 7º Ciclo de Palestras e Debates na Agrobrasília, em Brasília/DF. A reunião foi presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, a quem cumprimos pela condução dos trabalhos e pelos objetivos alcançados nessa reunião tão importante.

Estiveram presentes ao debate o Sr. Lúcio Brunale, Chefe do Departamento de Transferências e Tecnologia da Embrapa; Sr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sr. Lúcio Valadão, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal; Sr. José Guilherme Tollstadius Leal, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal; Sr. Leomar Cenci, Presidente da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal; e o Sr. Paulo Sales, Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Foram debatidos os avanços recentes das inovações tecnológicas no campo, bem como o processo de comunicação dessas inovações aos agricultores e as políticas de acesso aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural.

A proposta inicial era avaliar como as tecnologias de pesquisa das universidades, dos institutos de pesquisa agropecuária, da Embrapa, chegavam aos produtores rurais, especialmente aos pequenos produtores rurais, e como essas tecnologias poderiam ajudar no aumento da produção agrícola. Constatou-se que o aumento do território agrícola brasileiro, da ordem de 48%, e, conseqüentemente, o aumento da produção agrícola em mais de 260%, exige inovação tecnológica e investimento, aplicações para incrementar o conhecimento e, em formas mais seguras, para ampliar a produção de alimentos e de energia, bem como formas sustentáveis de conservar o meio ambiente. Desse modo, é preciso avaliar como as tecnologias chegam aos produtores rurais e obter melhores formas de atendê-las.

Os especialistas da Embrapa avaliaram que a comunicação para transferência de tecnologia era inicialmente muito difícil. Por esse motivo, foi criado o Sistema Nacional de Informação, que envolvia técnicos do setor agropecuário que passaram a trabalhar com a qualificação da informação. O



objetivo era transformar a informação científica em linguagem acessível para todos os segmentos do agronegócio. Atualmente, esse Sistema de Informação foi melhorado, utilizando-se do sistema de parcerias, no qual técnicos da Embrapa, da Emater dos Estados, passaram a trabalhar na capacitação de multiplicadores. Esses agentes capacitados atuam juntamente com os projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura, para capacitar técnicos a fim de atender às demandas dos pequenos e médios agricultores brasileiros.

O Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Sr. Lúcio Valadão, ressaltou que, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural – Embrater –, perdeu-se o rumo de como os serviços de pesquisa e extensão rural deveriam ser produzidos para a sociedade, especialmente para os agricultores. Com isso, deixou de haver uma coordenação efetiva da disseminação do conhecimento da pesquisa agrícola.

A mudança nesse programa só ocorreu com a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública do Ministério de Desenvolvimento Agrário e, em nível nacional, da Assistência Técnica e da Pesquisa Agrícola. Dessa forma, houve ampliação dos recursos para essas áreas, que possibilitaram que diversas políticas públicas alcançassem, principalmente, a agricultura familiar.

Foi citado como um bom modelo de transferência de tecnologia o modelo adotado no Distrito Federal, no qual a Emater/DF mantém unidades de pesquisa nos dois grandes centros de pesquisa da Embrapa: a Embrapa Cerrados e a Embrapa Hortaliças, o que facilita bastante o processo de comunicação do agente de assistência técnica com o pesquisador.

O Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF destacou que a transferência do conhecimento na área da pesquisa e da extensão agrícola precisa ser muito mais rápida, isso porque o produtor, hoje em dia, além de produzir alimentos com qualidade, precisa ser competitivo. O produtor agrícola precisa produzir alimentos com segurança, sem agrotóxicos, ou pelo menos dentro dos limites determinados pela saúde, não podendo estes conter resíduos biológicos e microtoxinas. Além disso, o produtor precisa adotar práticas sustentáveis e cuidar do meio ambiente. Tudo isso exige que a transferência de conhecimento seja cada vez mais facilitada, melhorada, sendo, portanto, necessária uma assistência técnica pública atuante e capacitada.

O Diretor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Argileu Martins da Silva, abordou a importância que a mídia vem dando à agricultura em todo o País, e que a agricultura vem obtendo um valor diferenciado na sociedade. Isso acontece porque ela passou a financiar o desenvolvimento comercial brasileiro, e os preços dos alimentos têm grande importância na macroeconomia brasileira. Além disso, a agricultura corre os mesmos riscos que qualquer outra atividade comercial, sendo necessário que os especialistas do setor agropecuário aprendam a lidar com vários tipos de situações e que façam



circular esse conhecimento, para que o produtor, especialmente o pequeno, possa aprender a tomar as decisões necessárias para tocar o seu agronegócio.

Para o especialista do MDA, o grande desafio da pesquisa e da extensão rural é valorizar a agricultura familiar e manter formas mais simples de comunicação e transferências de tecnologias ao pequeno produtor rural. Portanto, foi esse o tema e foram essas, em uma visão geral, as posições colocadas no último Agricultura em Debate.

Na sequência, agora prosseguimos com a pauta desta reunião deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Senador Waldemir Moka com a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Prestei atenção à fala em que V. Ex<sup>a</sup> se refere ao que a Embrapa pensa e dessa questão do avanço e, principalmente nesse momento em que o Código Florestal foi aprovado na Câmara dos Deputados, há, de alguns setores, uma crítica de que o País está em profundo desmatamento. O que mais chama atenção é que, nos últimos dez anos, aumentamos em 48% a área plantada e em 260% a produção. É quatro vezes mais, o que vale dizer que estamos, na verdade, aumentando a produção de alimentos e ocupando o menor espaço possível.

Não consigo entender porque se insiste no foco de que o Brasil é um País que está desmatando. Ao contrário, somos exemplo de produtividade e de preservação. É claro que um ou outro problema nós temos, mas olha esse dado. Esse dado fala por si só. Menos de 50%... Nos últimos dez anos, parece-me, houve um aumento de produção em mais de 260%, quatro vezes mais. Então, é como se você, em um hectare, produzisse um, e dali a dez anos, nos mesmo hectare, você produz quatro vezes mais. E outra coisa: os que nos criticam, que são a origem dessas ONGs. O que o continente europeu preservou? O,3% das suas florestas, da sua vegetação nativa. O Brasil, mais de 60%. Por que não fazemos disso uma questão positiva? Somos os maiores produtores e exportadores de carne, de grãos, e nem por isso estamos devastando as nossas reservas. Isso é que é interessante. Quer dizer, essa, que seria a grande agenda positiva, não consigo entender, acaba se transformando numa coisa que parece que... É uma sensação. No meu Estado, sou até repetitivo, o Pantanal é uma área de preservação permanente. Se for levar ao pé da letra esse Decreto Legislativo agora – aqui o ex-Governador do Mato Grosso –, o Pantanal é uma grande APP. Bom, vamos lá. Há mais de 250 anos se produz carne no Pantanal, pecuária extensiva. E somos, de longe, o bioma mais bem preservado do País. Penso que essas coisas têm que ser colocadas, não querendo afrontar ninguém, mas como uma força positiva até de mostrar, internacionalmente, o esforço do brasileiro, acho que essa é a questão. Claro que posso ser contestado, mas penso que esse deveria ser o nosso argumento.



**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Waldemir Moka. É o resultado do trabalho do homem do campo, resultado do próprio Governo, levando tecnologia ao campo e utilizando as áreas degradadas que existiam e ainda existem no nosso País. É um trabalho de conscientização, a população do campo, hoje, Senadora Ana Amélia, já está consciente da importância de estarmos sempre cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas reservas, das nossas florestas. Isso é um ponto muito importante, tanto é que aumentamos 260% a produção de alimentos nos últimos anos, com o aumento da área de apenas 46%.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Acir. Gostaria de fazer um registro que a mim, que chego agora ao Congresso, pareceu um fato relevante: os 410 votos a favor do relatório do Deputado Aldo Rebelo, que trabalhou com inegável e corajosa dedicação a esse trabalho, vencendo pressões de toda ordem, algumas até inexplicáveis, e esse resultado deveria ser acolhido como uma demonstração da independência e da liberdade dos parlamentares, sem levar em consideração qualquer tipo de pressão, de onde quer que seja, especialmente a pressão internacional. A independência, a espinha dorsal, a espinha vertebral do Congresso Nacional não foi quebrada e, por isso, estou muito orgulhosa com essa decisão.

Temos, agora, aqui no Senado e nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma responsabilidade muito grande com os destinos do País, de hoje, de amanhã e das gerações futuras. E penso que haverá tranquilidade e maturidade suficiente, porque nós aqui, que conhecemos um pouco da agropecuária brasileira, que entendemos a importância desse setor para o País, sabemos perfeitamente que é possível, como bem revelou o Senador Moka, compatibilizar sustentabilidade ou desenvolvimento com a preservação do meio ambiente.

O Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, foi uma vítima dessas perseguições e desses ataques, porque, como disse o Senador Moka, o Brasil é hoje um dos líderes mundiais na produção de alimentos, e aí é que está um dos grandes problemas, não porque seja apenas o cobiçado pulmão do mundo, mas porque é, sim, um protagonista fundamental e importante na produção estratégica de comida para o mundo. E também as suas reservas hídricas, poucas pessoas se lembram disso. É nessa medida que temos, nós, brasileiros e parlamentares, que defender este que é um patrimônio de todos, não é patrimônio de nenhum órgão internacional que vem aqui nos ditar regras. Nós é que sabemos defender.

Gostaria até de registrar que algumas pessoas falam muito que há desmatamento... O Governo falhou na morte daqueles dois ambientalistas lá na Amazônia, porque não havia, segundo disseram, o conhecimento de que aquelas pessoas eram perseguidas. Ontem a televisão mostrou um fato



relevante: a vítima, que foi assassinada de emboscada, havia dito que estava sendo perseguida. Ora, se era público e notório, por que o organismo policial, encarregado da segurança desses líderes, como já havia antecedentes muitos graves, não havia dado a segurança necessária a esses líderes ambientalistas? Esta é a minha colocação na manhã de hoje, meu caro Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. É importante que se faça uma separação do nosso produtor rural daquelas pessoas que desmatam ilegalmente.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – E que exploram a madeira ilegalmente também.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem que haver essa separação do produtor que precisa da terra para plantar daquelas pessoas que desmatam criminosamente. Tem que haver essa separação, e sempre nos posicionamos muito firmes contra o desmatamento ilegal, contra o desmatamento predatório e a favor do produtor rural que precisa da terra para plantar. Há uma diferença muito grande com relação a isso.

Pela ordem de inscrição, Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, também nosso Vice-Presidente, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, Senadores Cassol e João Pedro, aqui na Comissão.

Sr. Presidente, quero deixar registrado nesta Comissão a minha alegria e satisfação de ter podido assistir ao debate e aprovação do Código Florestal, na Câmara dos Deputados, e vou ver ainda qual a forma regimental, mas vou propor a esta Comissão que faça um comunicado, uma carta, um ofício – não sei qual o termo iremos usar –, elogiando e agradecendo o Deputado Aldo Rebelo pelo trabalho que realizou. Penso que todos aqueles que aprovam o trabalho...

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Uma moção.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco/PR – MT) – Uma moção. Vamos fazer uma moção ao Deputado Aldo pelo trabalho que realizou.

Penso que essa questão ambiental... Está aqui o Senador João Pedro, da Amazônia. Aliás, Gurgacz, da Amazônia, e Ivo Cassol, da Amazônia. Na semana passada, fui duas vezes a Curitiba, porque nasceu meu neto, e fiquei lá conversando no hospital com uma pessoa e outra, e vi que o entendimento das pessoas no Sul e no Sudeste, sobre o Código Florestal, é completamente errado, equivocado e tendencioso. Aham, meus caros da Amazônia, que tudo que está sendo feito é para derrubar a Amazônia, que somos nós, lá da Amazônia, que estamos todos errados, e que o Código está vindo para consertar a Amazônia. Quero dizer que esse Código que o Aldo fez agora, depois que ouviu o Brasil inteiro, é menos importante para a Amazônia inteira que para o resto do País. A Amazônia é a região mais preservada, a que



foi ocupada por último, em partes, e essa ocupação já seguiu as regras novas, as regras que foram colocadas aí, tanto é que boa parte da ocupação do norte do Mato Grosso nem na época dos 50% não foi, já foi na época dos 20%, como foi Rondônia, de vocês, e outros lugares, também.

Então, o Código Ambiental que está vindo é para resolver o problema dos colegas do meu pai, Ana Amélia, que saíram do Rio Grande do Sul, na década de 50, e foram para o Paraná, e dos amigos dele, que já faleceram todos lá no Rio Grande do Sul, que tinham as suas propriedades na beira dos córregos, que ocupavam os banhados para plantar, as várzeas, e que derrubaram porque precisavam fazer, senão os paraguaios iam nos tomar aquela região do S do Paraná, ali do Mato Grosso do Sul.

Então, não consigo entender como é que nós não conseguimos explicar isso; não consigo entender como é que é tudo invertido. A mídia consegue inverter.

Esta semana, encontrei aqui, no nosso restaurante, a atriz Christiane Torloni. Ela estava aqui junto com o Fasano e junto com o Paulo Adário. Já os conheço, até por outras razões, e fui conversar com ela. Vi que ela estava muito assustada sobre essa questão do que vai acontecer. Fiz algumas ponderações a ela e, no final, ela até entendeu um pouco. Eu disse: "Olha, como é que você pode vir aqui defender, ou ser contra, a legalização de um setor que é responsável por 40% do PIB nacional, que é responsável por colocar alimentos na mesa de todos os brasileiros todos os dias?" E ainda manda para mais de 50 países mundo afora, alimentando. É combustível da alma, combustível da vida. Apontei a mesa e disse: "Tudo o que você está comendo nessa mesa veio de um agricultor. Não sei separar se veio de um grande, de um pequeno, de um médio, mas veio de um agricultor. A roupa que você está vestindo veio de um agricultor. Alguém produziu esse fio. É o algodão que virou tecido, que virou mão de obra".

Sério, não consigo entender como é que uma sociedade não defende aqueles que produzem, aqueles que, de fato, fazem a economia deste País crescer.

Nós produzimos automóveis, nós produzimos aviões. Fico orgulhoso quando saio do País, até quando voou por aqui, pela Trip, pela Azul, que usam aviões nacionais. Para fora do Brasil, tenho oportunidade de pegar um voo cujo avião é da Embraer. Fico orgulhoso! Só que, em relação à nossa Embraer, compramos turbinas dos Estados Unidos, a asa vem da Suíça, os controles vêm da Alemanha, e a gente monta tudo aqui e vai embora. Está bem: ficou mão de obra, ficou imposto, tudo bem! Mas a agricultura é a única coisa em que a gente pega o sol, a terra, o trabalho, a pesquisa da Embrapa em que foram feitas as fundações, pegamos tudo isso e colocamos no trabalho, fazemos dinheiro e mandamos embora. Alimento para a vida e dinheiro para a população brasileira, para reserva nossa.



Então, sério, não sei o que se tem que fazer para explicar para esse povo. Ontem, conversando com as Lideranças – conversei com o Senador Moka também; conversei com o Presidente Sarney e, depois, com o Líder Jucá –, parece-me que a intenção não é votar isso de imediato. É prorrogar um pouco o prazo do decreto, e a gente ter oportunidade de discutir. Refleti esta noite e pensei: “eles têm razão; vamos ter que discutir isso.” Mas não é discutir porque está errado; é discutir para tentar convencer a população brasileira com uma discussão mais madura, sem paixão; trazer todo mundo aqui, e vamos conversar.

Não é possível que, para um setor desses, tão importante, as pessoas olhem como marginal. Como produtor, às vezes dá vontade de falar para todo mundo – ninguém vai me obedecer, não se pode fazer isto mesmo: “Pessoal, vamos cruzar os braços; vamos deixar um ano sem produzir nada, vamos ver o que vai virar!” Acaba o uísque, acaba a cerveja, acaba a cachaça, acaba o arroz, acaba o feijão, acaba tudo. Acaba é a vida! Aí, quem sabe, dão valor ao que um produtor faz.

Você vai à Europa, nos países onde já houve guerra, fome; você vai à Alemanha, você vai à Inglaterra, você vai a qualquer lugar e observa que eles fazem questão de manter o produtor no campo, dando altos subsídios para eles, porque eles já passaram fome. Eles sabem o que é passar fome e necessidade. Aqui, no nosso País, nunca ninguém passou fome! Aliás, passam. Há problemas setoriais, sociais, de distribuição de renda. Mas não por falta de alimentos, não por falta de vontade de produzir e por condições de produzir.

Então, acho que esse debate que vai vir pela frente vai ser muito bom para a gente se posicionar sobre isso.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de falar. Nosso convidado chegou agora, se não nós íamos passar o resto do dia falando sobre código ambiental.

Aliás, quero dizer aos Senadores da Comissão que são favoráveis que temos que ocupar aquela tribuna também, porque, ontem fizeram um “arrasa quarteirão”. Quem é contra o código deixou que todo mundo fosse embora e subiram lá e meteram o cacete na gente. Hoje, nós vamos repetir, vamos fazer o contrário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Blairo Maggi. V. Ex<sup>a</sup> coloca de uma maneira muito simples, objetiva e clara a importância da reforma do Código Florestal.

De fato, concordo com V. Ex<sup>a</sup> também: nós precisamos debater, discutir e mostrar o que tem de bom, de importância nesse código e como ele vem beneficiar a produção brasileira, não só na questão de produção de alimentos, Senador João Pedro, mas também com relação à nossa preocupação com o meio ambiente, ao cuidado com as nossas florestas.



Nós não queremos aumentar o desmatamento, pelo contrário. Nós entendemos que o desmatamento deva ser seguro. Que seja colocado um freio no desmatamento, mas daí a recuar a produção de alimentos tem uma diferença muito grande; daí a considerar os nossos produtores ilegais perante a lei tem uma grande distância.

É nesse sentido que nós precisamos, realmente, debater e discutir, para tirar essa imagem, Senador Blairo, que se criou na Câmara, de que os produtores estão avançando o sinal. Isso não é verdade. Nós estamos dando uma resposta positiva à sociedade brasileira e à economia brasileira também, que é produzir alimentos e produzir divisas para o nosso País, o que a agricultura faz muito bem, assim como faz o Polo Industrial de Manaus, que temos obrigação de defender também. O Polo Industrial de Manaus é o instrumento, na prática, de segurar o desmatamento, de segurar as pessoas na cidade para não irem para o campo.

Então, são questões localizadas, mas tudo isso faz parte do desenvolvimento do Brasil.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas falar ao Ministro Afonso Florence que tome a nossa presença aqui na consideração de que nós, Ministro...

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu precisaria abrir a reunião antes, porque não está aberta ainda, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Não está aberta, mas eu só queria... Porque às 9h nós temos uma... Eu gostaria muito, tenho muito interesse na sua área, em conhecê-lo e às suas ideias. Eu queria muito, só que eu sou requerente de uma audiência pública sobre *crack*. Então, eu quero me desculpar publicamente por não estar aqui acompanhando, porque tenho muito interesse nisso, mas às 9 horas ela começa com quem tínhamos convidado.

Então, eu peço desculpas e licença ao senhor e ao nosso Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Ivo Cassol, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fosse breve, para que a gente possa iniciar a nossa audiência pública.

Muito obrigado.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Presidente.

Como Senador e também fazendo parte desta Comissão de Agricultura, eu vejo os demais Senadores usando a palavra e vejo o Presidente, toda vez que um Senador fala, também usar a palavra. Não é justo agora, neste momento, eu ter o meu tempo regulado. Então, eu quero o mesmo direito,





dentro desta Casa, respeitando a presença do nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Afonso Florence. É uma alegria e uma satisfação tê-lo nesta Casa.

Aos demais Senadores que se fazem presentes nesta audiência pública, eu quero dizer, Sr. Presidente e Sr. Ministro, que eu ouvi com tristeza o Líder do Governo falar que a emenda que estavam votando, a 164, se não estou enganado, era uma vergonha.

Eu quero dizer que é uma vergonha o que ele fez. Eu sou da base do Governo. Eu fui prefeito por dois mandatos. Eu fui governador por dois mandatos. Se nós tivéssemos de prender alguém por ter cometido algum erro, com certeza, todos os Ministros do Meio Ambiente do Brasil estariam na cadeia!

Estou falando isso aqui com base, porque eu vivi na pele.

Se nós, em Rondônia, diminuimos o desmatamento, João Pedro, não foi por obra da Marina Silva, não foi por obra do Minc, não foi por obra do Sarney Filho. Foi por obra nossa, governadores, como Blairo Maggi, Eduardo Braga, Ivo Cassol, que botamos na prática, fizemos campanha nos quatro cantos. Olha, em oito anos...

A Marina Silva, se não me engano, ficou cinco ou seis anos como Ministra e não levou uma cibalena para mim, em Rondônia. Não levou um carrinho de mão, João Pedro. Passava por cima e, talvez, ia para o Acre.

Só fizeram a propaganda na mídia e, hoje, a situação que nós vivemos é que nós, produtores brasileiros, somos tratados como bandidos. E não dá para aceitar.

Estou, aqui, defendendo o setor produtivo. Está aqui o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Hoje, a maioria dos nossos produtores está saindo do campo e indo para a cidade, porque lá, no campo, você não tem dinheiro para fazer um escola, lá você não tem dinheiro para fazer uma estrada, lá você não tem dinheiro para assentar e dá dignidade para aquela família. É o que está acontece nos assentamentos em Rondônia.

E aí vejo, com tristeza, que querem acabar com o setor produtivo. O Blairo Maggi falou a verdade. O que estão pregando nos quatro cantos do Brasil afora é como se nós, produtores, fossemos simplesmente, Senadora Gleisi, bandidos. Não dá para aceitar! Quem mais está na ilegalidade são os paranaenses, são os catarinenses, são os gaúchos... Eu conheço, por que sou daquela região. Mas esses erros são de agora? Não. São erros de década após década, de presidente após presidente, não vamos culpar a Presidente Dilma não! Agora o que eu não posso concordar – sou da base – é que a Presidente Dilma embarque nesses ambientalistas de ar condicionado, que estão aqui em Brasília, que não vão botar o pé na Amazônia, não vão botar o pé no Paraná, não vão botar o pé em Santa Catarina, nos tratar como bandidos. Não vou aceitar! Sou da base. Viro a mesa. Ou nos tratam com respeito ou, então, estamos aqui fazendo o quê? O mandato, quem me deu foi o povo de Rondônia.



Não vou aceitar pressão de ministro, não vou aceitar pressão do Palácio. O que eu quero e espero da Presidente Dilma é que ela se mantenha neutra, e que ela não aceite a pressão da Marina Silva porque, infelizmente, ela é uma vergonha para a Nação. Ela ficou o tempo inteiro defendendo os organismos internacionais. Isso eu falei para ela no primeiro encontro nosso, Senador, em 2003, que saiu na imprensa de Rondônia, até no seu jornal, Acir, na época, quando tivemos o confronto. Por que outros países estão querendo dar ordem para nós? Por que eles não fizeram isso na casa deles? Por que não fizeram lá? Nós, aqui, queremos regularizar. Mas nós queremos regularizar o que o Governo cometeu de errado. Nós não estamos aqui defendendo, e está aqui o Jayme Campos, fazendeiro que derrubou dois mil hectares de terra não! Eu tenho propriedade, sim, no meu Estado; tenho propriedade. Desmatei 50%. Sabe o que o que o Ibama fez, Ministro? Foi lá, meteu a taca em mim, no meu CPF, e na terra dos outros! Eu abri uma estrada, o Ibama foi lá e meteu uma multa no meu CPF, por conta de uma estrada que eu abri como Governador. Por pura perseguição política. É assim que, infelizmente, funcionam os organismos ambientais.

E aí, vejo, agora, esses ambientalistas se reunindo, e a imprensa dando guarita para eles. Por que a imprensa não vai ver o produtor de uva no Rio Grande do Sul? Por que não vai ver o produtor de pêssego e de maçã em Santa Catarina, nas regiões de morros do Paraná, e a outros lugares para ver o tanto que é importante darmos um marco zero para trás e começarmos uma nova vida daqui pra a frente?

Eu defendo isso. Eu estou aqui defendendo os pequenos produtores dos assentamentos brasileiros iguais a Rondônia.

Nós, Presidente Acir, estamos pegando uma carona na reforma do Código Florestal. Por quê? Porque no nosso Estado tem mais de 107 mil pequenas propriedades rurais. E a maioria dessas pessoas se você tirar e mandar reflorestar, eles vão ter de entrar mata adentro e derrubar mais ainda, e eu sou contra isso. Nós temos reservas que chega para cobrir o que desmatamos em Rondônia e ainda damos de lambuja a nossa Amazônia para ajudar a compensar o restante do Brasil. Agora, não vamos aceitar, Senador Jayme, é que o fazendeiro que saiu do Paraná, de Santa Catarina, ou não sei de onde, vá ao Mato Grosso e derrube quatro mil hectares. Esse tem de perder a propriedade, tem de ser preso, porque ele está desmoralizando esta Casa.

Portanto, estou lhes colocando a par.

E os Senadores, ontem à noite, depois que fomos embora, aproveitaram para fazerem discursos vazios para cadeiras vazias e só falar para a imprensa, eles deveriam pelo menos dar uma olhadinha para os seus colegas, olhar para o Brasil e ver quem, na verdade, vota neles, para depois eles verem que o Brasil precisa de alimentos. E como disse o Blairo Maggi. Eu queria que todo mundo abraçasse a proposta do Blairo Maggi. Senador Jayme, sabe qual é



a proposta? Vamos, todos os produtores do Brasil, cruzar os braços por um ano, um ano: quebra o Brasil, porque o Brasil vive da agricultura e do agronegócio.

Desculpe-me, Presidente, exceder um pouco, mas é de direito também já que V. Ex<sup>a</sup> tem, os outros Senadores têm de ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida; claro. Todos aqui têm os mesmos direitos. Sempre serão respeitados os direitos dos Senadores.

Senadora Gleisi Hoffmann com a palavra.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Presidente.

Sei que nós viemos aqui para ouvir o Ministro, a quem quero saudar, dizendo que é um prazer tê-lo aqui, Sr. Ministro. Tenho certeza de que o debate vai ser muito produtivo pelas informações que V. Ex<sup>a</sup> vai nos trazer.

Faço uma saudação aos membros desta Comissão.

Senador Ivo Cassol, penso que temos muita responsabilidade aqui no Senado. Uma responsabilidade imensa com os nossos produtores, os nossos agricultores, e também com a conservação e preservação ambiental. Este momento, realmente, não é um momento de fazer discurso para a imprensa ou de aflorar os ânimos. Nós temos a responsabilidade de conduzir o País, para que ele continue produzindo, para que os nossos produtores sejam respeitados e para que conservemos e preservemos, sim, o meio ambiente.

O trabalho feito pelo Deputado Aldo Rebelo é um trabalho louvável, em que ele se dedicou por muito tempo, ouvindo vários setores. Acho que nós tivemos ganhos muito grandes no debate desse Código Florestal, momentos importantes. Enfim, a Câmara conseguiu deliberar sobre uma matéria que há muitos anos estava tramitando e que traz, sim, segurança jurídica aos nossos produtores, traz referência e traz orientação para a conservação ambiental.

Talvez o que tenhamos que fazer aqui, Senador Ivo – e tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai poder ajudar muito, junto com o Senador Blairo Maggi e com todos os nossos Senadores que trabalham na agricultura –, sejam pequenas correções como essa que V. Ex<sup>a</sup> falou: não deixar que a anistia seja dada para aqueles que utilizaram de má-fé.

Nós temos que separar as coisas. Tivemos uma época neste Brasil em que o agricultor era incentivado a desmatar. No nosso Estado, o Paraná, na região oeste, o Banco do Brasil, as agências de financiamento davam mais dinheiro ao agricultor que mais plantava e que mais desmatava. Esse agricultor não pode ser penalizado, porque ele o fez dentro de um marco legal, dentro de uma referência.

Agora, para alguns agricultores, o marco legal já era outro, que proibia o desmate e que tinha que ser visto. Esses não podem entrar com o mesmo benefício. Então, a bem de nós termos um equilíbrio, é sobre isso que temos que tratar. A anistia não pode ser irrestrita.



Eu tenho certeza de que o Senado da República, com a sua responsabilidade, com a sua forma de conduzir as ações, com o meio-termo que sempre procura dar às questões para tratar tudo com muita parcimônia, tenho certeza de que vamos dar uma boa resposta ao País e ao mundo sobre o trato com a nossa agricultura e com o nosso meio ambiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Vamos, então, à nossa reunião.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria apenas de saudar o Sr. Ministro, que nos honra com a sua presença, e dizer da importância desse ato, na medida em que teremos a oportunidade ímpar de ouvir de V. Ex<sup>a</sup>, naturalmente, as diretrizes e planejamentos do seu Ministério nos próximos quatro anos.

Sr. Ministro, eu queria apenas dizer, para antecipar a sua fala, que há poucos dias, nesta mesma Comissão, nós tivemos a oportunidade de fazer algumas observações. Na época V. Ex<sup>a</sup> não era o ministro, entretanto tem conhecimento – eu fiz essa observação ao Presidente do Incra e ao Diretor de Assentamento – da questão da regularização fundiária da região amazônica do Brasil.

Nós aprovamos, algum tempo atrás, uma medida provisória que deu ao MDA delegação para que coordenasse e agilizasse a regularização fundiária, na medida em que o Incra é historicamente o órgão que gerencia essa política em nosso País. E eu obtive uma resposta não muito consistente de que, quando aprovamos essa medida provisória, o MDA era responsável pela busca efetivamente dessa regularização.

O que acontece? Até agora, Sr. Ministro, nós não vimos quase nada de concreto, sobretudo, posso falar de forma muito particular, em relação ao meu Estado, Mato Grosso. Essa medida provisória que foi aprovada, sobretudo a incumbência de intermediar, não causou nenhum resultado positivo mediante as poucas ações feitas.

Eu quero deixar isso pontuado aqui, para que V. Ex<sup>a</sup> tenha conhecimento de que o Incra jogou essa responsabilidade para o MDA, dizendo que é apenas uma parceria. Mas a responsabilidade, de forma concreta, é do MDA nessa regularização de algo em torno de 63 milhões de hectares da região amazônica do Brasil.

Portanto, Ministro, é oportuna a sua presença aqui. E até alguns Senadores amigos nossos, como o nosso querido amigo Senador Ivo Cassol, já externaram aqui sua indignação em relação aos maus e péssimos comentários que estão fazendo a respeito do Código Florestal brasileiro.



Lamentavelmente, por incrível que pareça, com todo o meu respeito, há Senador que não conhece na prática o que significa um código florestal. Tem ouvido falar pelas ONGs, pela imprensa, mas não tem conhecimento por experiência própria e até, muitas vezes, não tem nada a ver com a terra.

Então, seria de bom alvitre que V. Ex<sup>a</sup>, nesta manhã, prestasse esclarecimento e até saneasse, emitisse aqui sua opinião, as observações que possam trazer algo de concreto, sobretudo, numa perspectiva melhor para o produtor rural, seja da agricultura familiar, segmento da produção brasileira com que V. Ex<sup>a</sup> tem uma melhor interface, seja para o médio ou para o grande produtor.

Acho que no Brasil temos de ver o conjunto. Não há esta história “Só mexo com o pequeno” ou “Só mexo com o grande”. Temos de acabar com essa velha história e dizer que todos produzem, que todos trabalham e que todos contribuem para a grandeza do Brasil, que hoje, indiscutivelmente, é inveja para o mercado internacional.

Estamos aqui trabalhando, produzindo e buscando efetivamente a compatibilização entre o desenvolvimento e a produção.

Saúdo V. Ex<sup>a</sup> e espero que estejamos aqui felizes, nesta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2011, aprovado em 23 de fevereiro de 2011, de minha autoria, com a presença do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), Dr. Afonso Bandeira Florence, com o objetivo de discutir e analisar as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na agricultura familiar, bem como as propostas para a melhoria de serviços vinculados ao setor em face dos recentes cortes do Orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Eu inicio, Sr. Ministro, colocando três questões, para que possamos suscitar um pouquinho o debate.

Considerando o perfil concentrador do Pronaf, comprovado pelos dados que revelam que 50% dos contratos e recursos ainda estão na região Sul, enquanto a região Norte recebe apenas 7% dos contratos, o que os gestores do MDA estão fazendo para distribuir melhor os recursos e reduzir as diferenças ou as desigualdades regionais?

Segunda colocação: quais são as metas de assentamento para a reforma agrária 2011/2012? Qual foi a evolução dos recursos, englobando-se aquisições de terra, infraestrutura, créditos de implantação e assistência técnica ou do programa ATS, destinados para o programa nos últimos anos?



O Programa Terra Legal trabalha em parceria com o Governo do Rondônia desde 2009, quando foi assinado o convênio de R\$15,4 milhões para identificar, cadastrar os ocupantes e georreferenciar imóveis em terras federais. O convênio, em execução há um ano e meio, definiu a prioridade de atuação em 12 glebas às margens da BR-429, para a regularização de 12 mil imóveis até janeiro de 2012.

A pergunta é se o MDA vai cumprir essa meta; se está dentro do programa concluir esse trabalho até 2012, conforme já discutido aqui também, em outra audiência; se até 2012 será feita essa regularização, se se está dentro desse cronograma.

Muito obrigado pela sua presença aqui, Ministro Afonso Florence.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo tempo que desejar.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Bom dia, senhoras e senhores. Quero agradecer ao Presidente Acir o convite para esta audiência pública, saudar as Senadoras e os Senadores que marcam presença, o Vice-Presidente Waldemir, a Senadora Ana Amélia, o Senador Blairo Maggi, o Senador Ivo Cassol, o Senador João Pedro, O Senador Jayme Campos, a Senadora Gleisi e o Senador Delcídio do Amaral.

É importante para preparar a resposta, Senador Jayme, que trata da Serfal e, Senador Acir, do Pronaf e do Programa de Reforma Agrária, fazemos um rápido balanço do que ocorreu no Brasil rural, particularmente no que diz respeito à agricultura familiar, no último período.

A agricultura familiar representa hoje, no Brasil, 4,3 milhões de estabelecimentos rurais, de um total de 5,1 milhões. São dados do censo agropecuário, dados incontestes: 84% do total dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária. Eles ocupam 74% da mão de obra no rural brasileiro; são 12 milhões e 300 mil pessoas. Ao mesmo tempo em que isso representa apenas 24% da área total rural. Eles produzem 38% do valor bruto de produção e representam 10% do PIB nacional – dados do censo agropecuário, dados do IBGE. São 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% da produção do leite, 50% da produção das aves, 59% da produção dos suínos. É possível afirmar que em todas as cadeias produtivas do rural brasileiro estão integradas, no balanço geral feito, à produção dos assentamentos da reforma agrária da agricultura familiar e da agricultura pecuária empresarial.

No último período, o Governo constituiu, fortalecendo, aperfeiçoando e principalmente constituindo novos instrumentos, uma política para a agricultura familiar e para os assentamentos de reforma agrária. No âmbito do Pronaf, de 2003 para cá, R\$62 bilhões investidos e mais de R\$15 milhões de contratos. Atualmente estamos rodando três milhões e 300 mil contratos. A taxa de inadimplência atinge 4%, quando a média brasileira está acima dos 5,5%. Então, estamos abaixo da taxa de inadimplência.



O governo do Presidente Lula lançou, em 2008, uma linha de crédito chamada “Mais Alimentos” que, de lá para cá, já contabilizamos 140 mil contratos no valor de R\$5 bilhões rodando, que permite a aquisição aos agricultores de equipamentos com juros de 2% ao ano e três anos de carência e dez anos para pagar.

Hoje estamos contabilizados para a safra 2010/2011, ainda não fechamos os números totais, mas devemos nos aproximar ou ultrapassar os dois bilhões contratados nessa safra em vigor, e já temos um balanço de dez mil equipamentos para leite, 40 mil tratores, dois milhões e 200 mil veículos, 80 colheitadeiras.

Estive recentemente na Agrishow, Senador Jayme, e fui lá lançar, com o setor da Abimaq e da Anfavea duas colheitadeiras, uma de cana e uma de café, adequadas à produção da agricultura familiar, com toda tecnologia moderna. E, já ali, com comercialização, se não me falha a memória, os dados bateram na Agrishow, R\$26 milhões de comercialização por essa linha de crédito do Pronaf, que é o “Mais Alimentos”. Visitei quase todos os estandes e, em muitos, ouvi o depoimento de industriais que constituíram plantas específicas para a produção do “Mais Alimentos”, desenvolveram tecnologia para equipamentos adequados à agricultura familiar a partir da existência dessa linha de crédito. Alguns disseram que têm sua capacidade máxima instalada em pleno funcionamento e com dificuldade de ampliar, apesar da demanda de maquinário pela linha de crédito do Pronaf, do “Mais Alimentos”, mas faltando profissionais, profissionais especializados, com dificuldade de aquisição de insumos para a ampliação da oferta de equipamentos. Então, temos um balanço muito positivo.

Também nesse último período foi constituído o programa de aquisição de alimentos. Desde 2004, contabilizamos R\$342 milhões investidos, com aquisição de 371 mil toneladas de alimentos, isso fornecido por aproximadamente 96 mil agricultores, aproximadamente 32 mil/ano.

Constituímos também o programa nacional de alimentação escolar. Esse programa determina que administrações municipais tenham, por lei, a obrigação de adquirir 30% da merenda escolar da agricultura familiar. Esse é um programa...

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – *(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – A lei vige... Para a totalidade não; a lei vige para os 30%, e nós precisamos fazer um debate sobre esse tema, Senadora Gleisi, porque ainda há muitos Municípios no Brasil que não atingiram a cota mínima, e a lei vige estabelecendo que isso é uma obrigatoriedade. Óbvio que a prefeitura, ao adquirir alimentos da agricultura familiar, estará adquirindo de homens e mulheres, de produtores e produtoras, que rodam a economia do Município. Então, é importante para os próprios



Municípios. E ainda há um processo a ser feito de persuasão e de capacitação de gestão dos Municípios para chegar a essa meta estabelecida por lei.

Temos um conjunto de instrumentos, como a Política de Ater – ano passado foi aprovada a Lei de Ater no Congresso Nacional –, inclusive estamos rodando contratos, agora por chamadas públicas, e temos aproximadamente um milhão e oitocentos mil agricultores e agricultoras sendo atendidos com contratos de Ater. Setecentos e oito milhões aplicados, desde 2003 com a Política de Ater.

Na área da reforma agrária, desde 2003, hoje, são contabilizados aproximadamente 900 mil assentamentos, desses, 614 mil famílias assentadas de 2003 para cá. São 53 mil quilômetros de estradas vicinais, 404 mil moradias, 218 mil famílias que tiveram acesso à energia elétrica.

Nós, então, vale registrar, contabilizamos famílias assentadas. Com essa contabilização, consideramos aquelas famílias, tanto as que foram assentadas em terras que foram obtidas através do Incra durante esse período, como também famílias que foram assentadas em terras públicas, ou em glebas de assentamentos anteriormente implantados em outros governos, e que estavam vagas.

Antecipando a resposta ao Presidente e ao Senador Jayme, o Programa Terra Legal é um programa que tem um cronograma, que está sendo executado e está sendo cumprido. Os números são – famílias já cadastradas –: 341 Municípios, abrangendo uma área de 10 milhões de hectares; 293 famílias já receberam títulos de terras, 79 mil hectares; temos georreferenciamento contrato para 200 Municípios; 10 mil imóveis em processo de medição, o que totaliza mais ou menos um milhão de hectares; 56 núcleos urbanos em 35 mil Municípios já beneficiados. Isso totaliza uma população de 275 mil pessoas. Ingressamos, agora, na etapa de emissão de títulos.

Então, dentro do cronograma há ajustes a serem feitos, digamos assim, explicitamente ajustes pontuais, e temos a previsão que, agora, em 2011, estaremos emitindo aproximadamente 20 mil títulos. Esse é o balanço do Terra Legal que, por força de lei, é atribuição, com prazo determinado, da Secretaria Nacional de Regularização da Amazônia Legal, dentro do MDA.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Alguma divisão por Estado, Ministro?

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Há convênios feitos com todos os Estados da Amazônia Legal. Um volume total de recursos repassados para estes Estados de aproximadamente R\$70 milhões, com todos os Estados da Federação.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Presidente, permita-me. Como o Ministro está aqui, será fácil debater com ele. Então, creio que será de bom alvitre que, à medida que ele for expondo, a gente possa fazer-lhe





algumas indagações, até para ir saneando. Penso que seria louvável e meritória essa audiência se conseguíssemos fazer isso.

Quero fazer uma indagação a V. Ex<sup>a</sup>. O senhor disse 20 mil títulos?

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Este ano, que serão emitidos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Eu pergunto a V. Ex<sup>a</sup> – imagino que V. Ex<sup>a</sup> não tenha condições de dar os dados mais precisos –: quantos mil seriam no total? Apenas o previsto pelo menos, uma perspectiva do total.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Em cinco anos, 180 mil.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Cento e oitenta mil. Obrigado.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Então, indo, digamos assim, no calor das respostas às perguntas, Presidente, nós, ao disponibilizarmos os recursos do Pronaf, o fazemos para o País. Nós temos um país com, digamos assim, distinções regionais e múltiplas dinâmicas econômicas no rural. E com distintas tradições produtivas no seio da agricultura familiar. Então são, digamos assim, dinâmicas quase que de mercado também.

Nós temos, no extremo sul do País, cooperativas com 80 anos de funcionamento. São produtores, como foi citado aqui, de uva, de arroz, de café, que têm gerações de tradição. E nós temos outras regiões do País, particularmente o Norte e o Nordeste, com uma distinta tradição, digamos assim, o que faz com que a captação de recursos do Pronaf tenha uma dinâmica diferenciada.

O Governo, a Presidenta Dilma, diagnosticando essas distinções que se expressam na situação de acesso a crédito, a fomento, a assistência técnica, mas principalmente a serviços públicos, a renda, ela lançou, ao identificar o tamanho da extrema pobreza no Brasil, um desafio ao País e brevemente anunciará o programa de combate à pobreza extrema.

A Presidenta Dilma organizou o seu Governo em torno de quatro grandes eixos: o de desenvolvimento econômico, coordenado pelo Ministério da Fazenda; o da cidadania e direitos humanos, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República; o de infraestrutura, logística, PAC, pelo Ministério do Planejamento; e o de combate à pobreza, obviamente, pelo Ministério de Desenvolvimento Social. E a Ministra Tereza está coordenando junto a todos os Ministérios a elaboração do programa.

No que diz respeito ao rural, particularmente à inclusão produtiva das famílias na faixa de extrema pobreza, coube ao MDA colaborar com a elaboração e brevemente com a execução desse importante programa, que oportunamente a Presidenta anunciará.



Podemos dizer aos senhores e às senhoras que, dos aproximadamente 28 milhões de homens e mulheres que migraram para a classe C, nos últimos anos – dados incontestes –, 4,8 milhões estavam no rural, na faixa da pobreza e da extrema pobreza; e foram para a classe C.

A Presidenta Dilma tomou importantes decisões, no último período, que garantem que o combate à inflação será feito com a continuidade do desenvolvimento, com a continuidade do incentivo à produção industrial, dos investimentos públicos em saneamento, em habitação, em logística, e dos investimentos para a agricultura em geral.

Muito brevemente, ela anunciará o Plano Safra, tanto com o Ministro Rossi quanto comigo, através dos instrumentos disponíveis no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o setor empresarial, bem como através do MDA para o setor dos agricultores familiares e agricultoras familiares. Mas ela tem antecipado alguns posicionamentos, seja com relação ao programa de combate à pobreza, seja com relação ao Plano Safra.

Nós já sabemos que o parâmetro para o programa de combate à pobreza está com foco nas famílias de renda *per capita* até R\$70,00. E o censo de 2010 aponta a existência de aproximadamente 16,2 milhões de pessoas nessa faixa. Então, muito brevemente, ela vai anunciar o programa, tanto o componente urbano quanto o componente rural. O MDA ficará encarregado do programa de inclusão produtiva no rural.

É razoável supor que, se 4,8 milhões migraram para a classe C, há uma faixa que não migrou por dificuldades de muitas naturezas, mas sabemos que nos rincões do Brasil, eventualmente, ainda encontramos pessoas que sequer possuem registro civil. Então, temos um país em que, às vezes, as condições mais elementares de cidadania ainda estão por ser levadas a essas pessoas. E nós pretendemos, com o programa de combate à pobreza extrema, trazer essas famílias, esses homens e mulheres para o processo de produção, para acessarem os instrumentos que, como os números mostram, permitiram a mobilidade social tão expressiva, que aconteceu no último período, particularmente no rural brasileiro e no que diz respeito às famílias pobres, extremamente pobres, na faixa da agricultura familiar.

Então, nosso objetivo é a inserção produtiva. Vamos fazer uma busca ativa dessas pessoas, vamos garantir assistência técnica e incremento e fomento à produção.

Além disso, a Presidenta anunciou também, na negociação com os setores organizados da sociedade civil, que, neste primeiro semestre, já tradicionalmente fazem suas jornadas de luta, um conjunto de decisões. Nós sabemos o contexto macroeconômico, não vou estender-me. Há um cenário institucional de busca de solidez fiscal, de contenção da inflação, e a Presidenta anunciou a disponibilização de R\$16 bilhões para o Pronaf, safra 2011/2012; a unificação de todas as linhas de crédito. Todas as linhas de crédito abaixo de



R\$10 mil, salvo o Pronaf B, passarão a ter juros de apenas 1%. Havia linhas com juros superiores. Todas as linhas de crédito acima de R\$10 mil – e havia várias taxas de juros para investimento, refiro-me – passarão a ter juros de 2%. Aí está incluso Mais Alimentos, ao qual me referi anteriormente. Então, tanto para R\$10 mil – no Mais Alimentos, os juros passam a ser 1%, eram 2% –, como também para acima de R\$10 mil, caso em que eles permanecem em 2%.

Todas as linhas de crédito acima de R\$10 mil passam a ter o limite máximo existente, que é o de R\$130 mil, ou passam a ter a equivalência ao Mais Alimentos.

A Presidenta determinou que nós criemos, implementemos o Suasa – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária. E muito brevemente serão divulgadas, exaradas pela União as normas, por meio das quais Estados e Municípios poderão aderir – normas essas adequadas à produção da agricultura familiar. Além disso, ela determinou a criação de uma PGPM da agricultura familiar, um Programa de Garantia de Preço Mínimo da Agricultura Familiar. Com isso, agora, na hipótese de safras de abundância de oferta de determinados itens, haverá disponibilização de recursos, para garantir os preços mínimos da agricultura familiar.

Então, temos um cenário em que a Presidenta Dilma tomou decisões, já as anunciou parcialmente e brevemente no Plano Safra as consolidará. São procedimentos, instrumentos por meio dos quais a agricultura familiar e a produção de assentamentos de reforma agrária continuarão e aprofundarão seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional, para a produção de alimentos saudáveis e mais baratos, contribuindo para a contenção dos índices de inflação e para a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras em geral.

Nós temos um cenário em que, apesar de estarmos circunscritos à busca de solidez fiscal, há disponibilização de mais recursos em condições mais atrativas e com novos instrumentos – além do PAA, do Mais Alimentos, do PNAI, com o PGPM e com o Suasa –, para consolidar a organização produtiva da agricultura familiar e para que essa cumpra esse papel a que me referi, um papel estratégico, para um Brasil “inclusante”, generoso no rural, com paz no campo.

Então, esse é o cenário geral. Com relação à BR-429, Senador, ela está inclusa no calendário que chamamos popularmente Terra Legal, sob a coordenação da Serfal. E, até o momento, a expectativa que temos é a de que vamos cumprir o calendário de conjunto. É óbvio que vamos monitorando o programa e, como qualquer programa governamental, qualquer ação humana, na medida em que identificamos necessidade de ajustes, de forma diligente tomamos as providências necessárias. A nossa expectativa é de que poderemos fornecer brevemente a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais Senadores e Senadoras o



andamento, numa prestação de contas do andamento do programa. E a nossa expectativa é de que ele logrará êxito.

Quero agradecer aos Senadores e Senadoras essa oportunidade e me colocar à disposição para demais esclarecimentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Pela ordem de inscrição, Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Quero aqui parabenizar o Ministro.

Ministro, no passado, quando fui governador, participei de uma reunião de governadores com o Presidente Lula. Na época, o Ministro Guilherme Cassel dizia que tinha convênio do Ministério do Desenvolvimento Agrário com todos os Estados. E aí eu fui obrigado, em público, a dizer que não era verdade.

Hoje quero lhe parabenizar porque o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Estado de Rondônia, depois daquela reunião, começou a fazer uma parceria de verdade. Sei que o senhor assumiu há pouco tempo, mas é isso que precisa, independente de cores partidárias, porque os ministros nossos podem ser indicados pelo PT, podem ser indicados pelo PMDB, mas eles não são ministros do partido, eles são ministros do Brasil. E com aquela participação que houve no passado, hoje, posso dizer – eu falava agora há pouco com o ex-secretário meu da agricultura – tivemos dois grandes convênios com vocês: um de R\$18 milhões e o pacto federativo de assistência técnica. O que acontecia nesses assentamentos? O INCRA assentava as pessoas e o recurso que tinha para fazer a infraestrutura local para os moradores, na verdade, era precária, quase não existia – agora está fazendo alguma coisa – andava sempre devagar. E o Estado está em condições hoje, via Emater, de contratar 90 técnicos, comprar motos, comprar carros, para poder dar assistência para as pessoas assentadas. Porque a reforma agrária não é só você jogar o homem no meio da mata, não é você jogar num pedaço de terra, é você dar condições para que ele possa produzir. Ao mesmo tempo, mais R\$18 milhões, tutela legal, onde tem 12 mil propriedades – é pouco, pelo tamanho que o Estado de Rondônia precisa – e já estão começando a aparecer esses resultados. Esperamos que o atual governo dê continuidade a essa parceria que nós começamos, no meu governo. E me parece que já tem os primeiros 300 proprietários de imóveis que já estão sendo contemplados com o documento.

Por que a importância do Terra Legal e a documentação? Por um fator muito simples. Se nós estamos discutindo aqui, Senadora Gleisi, o Código Florestal, a pessoa pergunta: “Mas quem está desmatando no Estado de Rondônia?” Infelizmente são muitos que vão mata adentro e acabam desmatando porque não têm documento. Ao mesmo tempo em que você dá documento para a pessoa, Jayme Campos, você também pode beneficiar com



financiamento e também pode meter a taca quando a pessoa está descumprindo a legislação. Você tem a documentação na mão.

Então é importante que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, se puder, dobre o número de titulação em toda a Região Norte – é importante isso – para que a gente possa, ao mesmo tempo, dar condições, Sr. Presidente, para eles terem acesso aos financiamentos e, acima de tudo, punir aqueles que estão cometendo os exageros, os abusos. Estou falando isso pela experiência que tenho no meu Estado.

Ainda, com toda essa parceria que está, eu gostaria que o senhor, em breve, fizesse uma visita ao nosso Estado. O Estado de Rondônia serviu como berço da reforma agrária depois da ditadura militar. Temos 117 mil propriedades no Estado de Rondônia e 109 mil são pequenos produtores. E aí quando falei no começo para o senhor porque defendo o Código Florestal e a legalidade – eu falava para a Senadora Gleisi, e o Senador Acir estava na Casa – nós fizemos, na Flona (Floresta Nacional) Bom Futuro, um acordo com a ex-ministra da Casa Civil e hoje nossa Presidente do Brasil, que eu ajudei também na campanha a eleger. Fizemos um acordo de permuta de 140 mil hectares de terra na Flona do Bom Futuro, em permuta, Senador Acir, da área da Jirau, um parque estadual – nós temos 180 mil hectares de terra.

Sabe o que aconteceu, Sr. Ministro?

Depois do acordo assinado, só faltava esta Casa aprovar, o Ibama foi até aquela região – falo para a Senadora Gleisi –, cinco mil famílias lá dentro, e deu, no mínimo, mais de mil autos de infração, Senador Jayme Campos, tudo à média de R\$2, R\$3 milhões cada um. E aí o pessoal diz que nós queremos fazer festa com as multas e com os autos de infração.

O que tem de ter nesta Casa... Neste Senado, eu tenho de fazer um projeto de lei, Senador Jayme Campos, junto com o Código Tributário, para que todo fiscal – pode ser fiscal municipal, estadual, federal ou auditor, qualquer fiscal – que faça um auto de infração sem procedência tenha de pagar os custos judiciais. No dia em que acontecer isso, vai parar de ter fiscal que vai atender o QI.

Temos muita gente que tem QI, ou seja, quem indica. Quem indicou? Foi o Senador Tal? Então, é para punir quem? Vamos pegar aquele político, aquele cidadão, aquela pessoa.

Então, no Estado de Rondônia, nós precisamos urgentemente regularizar aqueles 140 mil hectares de terra que já foram autorizados por esta Casa, foram autorizados pelo Senado, para que a gente possa dar a eles o direito de produzir. E não só aqueles, como na região de Machadinho, na região de Buriti, na região de Nova Mamoré. Um outro conflito, Presidente, Ministro, é na região da linha D, Nova Dimensão. Lá, temos famílias em 100 hectares, 50 hectares, assentadas há 20, 25 anos, e sabe o que o Incra fez? Foi lá, pegou outras pessoas...



Acontece o seguinte: sabe como se trabalhava no passado? Pegavam-se aqueles ex-sindicalistas, mas integrantes do partido, e botavam lá como chefe do Incra. O cara não entendia patavina de agricultura. O que ele fazia? Ele ia lá e....quase aconteceu conflito. O Acir sabe disso. Quase acontecer morte. O Governo do Estado teve de ir lá para evitar isso. As pessoas já estão lá assentadas, com propriedade, só falta legalizar – pequenas propriedades, Jayme –, e aí o Incra ia lá e botava outras pessoas dentro das que estavam assentadas. Então, precisamos urgentemente...

O que eu puder contribuir, como ex-governador, eu quero contribuir. Quero paz, mas não abro mão da minha prerrogativa de Senador. O povo me deu esse cargo, sou da base governista, vou ajudar a Presidente Dilma no que for possível, e ela já tem uma grande vantagem nesta gestão, diferente do Lula. Não quero desmerecer quem não foi governador, mas muitos legisladores que temos na Casa fazem tudo à troca de barganha. Eu sei porque fui governador e denunciei Deputados duas vezes. E eu sou o contrário. Nós, aqui na Casa, temos ex-Presidentes e temos uma boa quantidade de Senadores que são ex-governadores. Eles sabem a necessidade de dar condições para que a Presidente do Brasil consiga trabalhar com tranquilidade, sem precisar dizer toma lá e dá cá. Lógico que temos outros Senadores, como a Senadora Gleisi e outros tantos que também têm agilidade, como o Jayme Campos, que já foi governador também e sabe a dificuldade que existe.

Esta Casa precisa produzir mais, dar mais vida. Está aqui um exemplo: esta audiência de tal importância, Presidente, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, e olhe a quantidade de Senadores que nós temos! Não estou desmerecendo. O Senador Blairo Maggi é uma pessoa de casa, teve outro compromisso; outros também, mas vejam a dificuldade que, muitas vezes, nós temos até com Senadores presentes.

Eu estava falando aqui para o Jayme Campos e vou levar uma proposição – falei isso ontem para o Presidente do Senado, Senadora Gleisi, Senador Jayme, Senador Acir – que tínhamos de mudar o Regimento Interno desta Casa e ter a busca automática do suplente. Aqui nós temos uma hora um Senador que viaja para a China, outro que viaja para a Europa, outro viaja para a África. É igual a governador e vice-governador: se o governador viajar, o vice assume automaticamente. E, com certeza, as comissões conseguiriam produzir muito mais, dando condição, Jayme Campos...

Por exemplo, o Senador Acir teve de fazer uma viagem para o exterior há pouco tempo. Se tem o suplente, automaticamente o seu suplente assumiria, e os trabalhos continuariam, sem a falta desses Senadores.

Então, é a proposição que vou levar, para a gente poder reforçar o nosso trabalho aqui e produzir muito mais, sem desmerecer o restante.

Um exemplo aqui: nós temos agora o Senador Itamar, que está em São Paulo, internado. Temos o Lobão Filho, que sofreu um acidente. Então,



automaticamente, iriam outros Senadores substituindo em todas as comissões, e nós conseguiríamos produzir muito mais.

Mas, Ministro, coloço-me à disposição, agradeço a parceria quando estive no meu governo e digo que continue independente do governo que está lá. Os nossos cargos são passageiros, mas a ação de governo, esta é contínua. E disso não podemos abrir mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem de inscrição, tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Senadora Gleisi Hoffmann, V. Ex<sup>a</sup> pode me conceder um minuto?

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT) – Só gostaria de dizer ao Senador Ivo Cassol que está ao meu lado o meu suplente de Senador, Osvaldo Sobrinho. Vamos torcer para que a ideia dele seja acatada pela Mesa Diretora, pois ele já quer assumir a partir de segunda-feira. Ele me disse que já tem uns dez ou quinze dias que já está pronto em Brasília para assumir.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> novamente e dizer que os números que citou aqui são esplendorosos diante das afirmações do que representa a agricultura familiar no Brasil, com mais de dois milhões e trezentos mil agricultores, contribuindo sobremaneira com a nossa produção, com a nossa balança comercial. Assim, temos um papel fundamental no sentido de resgatar pessoas que vivem na área rural abaixo da linha da pobreza.

Só quero fazer um adendo à sua fala, Ministro, sobre o que me chamou atenção. V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento de que uma grande parcela que, hoje, está vivendo abaixo da linha da pobreza está localizada nos nossos assentamentos. Por incrível que pareça, sou de um Estado de dimensão continental, mas, ao mesmo tempo, um dos Estados que tem maior número de assentamentos no Brasil.

Conheci e conheço e quase constantemente tenho oportunidade de visitar os assentamentos, até porque são pessoas amigas e que tem que ter, com certeza, o respeito e admiração de nós, políticos, pois enfrentam muitas dificuldades.

Quero crer, Ministro, que o precisamos nesses assentamentos é a regularização fundiária. Muitos ou quase a maioria não tem ainda o título da terra. Isso tem causado um transtorno muito grande, até porque o próprio Ibama, como bem disse aqui o Senador Ivo Cassol, por força da legislação e, sobretudo, acompanhado do Incra e da própria Polícia Federal, tem causado humilhações a essas pessoas.



Ninguém pode desconhecer o grande número – V. Ex<sup>a</sup> acabou de citar um número aqui: 180 mil pessoas – que precisa ser regularizado nessa região.

Esse é o primeiro *start* que tem que ser dado, mas tem muito mais a ser feito. Já há um número bastante significativo, V. Ex<sup>a</sup> disse que tem 20 mil em andamento para titular.

Mas o que precisamos é só do título da terra? Claro que não. Também precisamos de assistência técnica, como disse o Senador Ivo Cassol, precisamos de crédito. As pessoas que não têm o título da terra não estavam recebendo. Tive na região do Araguaia, onde há vários assentamentos, e lá me procuraram 20 ou 30 comissões, pois há muitos assentamentos, dizendo que estavam impossibilitados de ter acesso ao crédito, porque além de o Ibama vir e multar, multam uma terra que não é deles, pois não têm o acesso ao título da terra.

De qualquer maneira, envolve o CPF desses cidadãos, que ficam impossibilitados de ir a outra instituição, a uma agência de fomento ou a uma casa comercial para buscar um crédito, tudo por causa dos fatos que acontecem capitaneados pelo próprio Governo Federal. Assim, Sr. Ministro, precisamos do título da terra, da assistência, de crédito, de educação.

Conheci alguns assentamentos e fiquei profundamente tocado, como cidadão e como ser humano, ao ver o estado de petição em que estão. Por isso, tenho certeza de que essa barganha, esse comércio quase constante do maior engolindo o menor...

Há poucos dias saiu uma notícia no Fantástico e no Jornal Nacional em relação ao assentamento na região do Guarantã do Norte, no meu Estado de Mato Grosso: o cidadão vendendo para o vizinho ou vendendo para pessoas fora do próprio assentamento diante das dificuldades para ter acesso ao crédito agrícola.

De modo que, Sr. Ministro, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> vai fazer um grande trabalho, sobretudo porque acho que há recursos suficientes para atender a demanda, mas o que inviabiliza tudo – vamos ser claros – é a questão da burocracia. Ser gestor público neste País é complicado. Já fui prefeito por três vezes, já fui governador, e não quero mais ser do Executivo, porque quando você deixa o cargo continuam os problemas. É só processo, como estão dizendo aqui. É muito complicado. Há recursos, mas os problemas são grandes. Com isso, torna-se difícil até à pessoa bem intencionada, competente ter um bom desempenho diante das dificuldades que, com certeza, tem para enfrentar.

Entretanto, nós estamos apostando em V. Ex<sup>a</sup>. As informações que eu tenho são as melhores possíveis. Particularmente, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que pode contar com o Senador Jayme Campos. Sou um homem independente, não estou atrás de barganha com o Governo, muito pelo contrário. Sou favorável àquilo que é bom para o Brasil. Se for bom, estou ao lado do Presidente. Já





votei matéria com o Governo Federal. Não sou partido da base aliada, mas voto. Pedi ao meu Partido independência, até porque acho que é bom para o Brasil. Não podemos ver a questão ideológica, a questão político-partidária, muito pelo contrário. Temos de votar projetos que têm a ver conosco. No caso da medida provisória que votamos aqui para delegar, dar instrumento a essa ferramenta para o PMDB, muita gente do PT foi contra. Muita gente. E eu saí defendendo porque acho que é fundamental, é importante para o Brasil. Então, nesse ponto não tenho questão de ideologia, de partido. Estou aqui para somar. Acima das questões políticas, pessoais e partidárias está o interesse do Brasil.

E nesse caso, muitas pessoas não sabem da importância que têm. O MDA, o Incra têm muito a ver com o Brasil. A economia do País está calcada na atividade do campo, 40% a 50% da atividade está no campo. Então, nós temos a responsabilidade de dar instrumento, de dar ferramenta para os órgãos competentes para que possamos resolver as imensas problemáticas, sobretudo agora que o Código Florestal estará nesta Casa.

Não posso admitir que tenham pessoas que estão discutindo aqui antes de ver, de fato, como o Código Florestal vai chegar a esta Casa. Propomos fazer um Código Florestal moderno, avançado, mas sobretudo respeitando os direitos adquiridos daqueles que estão na terra há alguns anos. Algumas pessoas não podem entender que temos que penalizar. Não. O Código Florestal brasileiro já é avançado? É. Entretanto, está superado pois é da década de 1964 e, de lá para cá, tivemos, entre decretos, portarias e resoluções, quase 330 medidas, o que inviabilizou o Código, gerando uma insegurança jurídica. Tenho certeza de que vamos, de uma vez por todas...É um grande avanço.

Espero que a nossa Presidente Dilma Rousseff seja uma juíza, atue de forma imparcial e dê essa decisão para o Congresso Nacional tomar. A responsabilidade é nossa. Tenho certeza absoluta de que esta Casa tem competência suficiente para aprimorar esse Código Florestal, que tem algumas correções a serem feitas.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e espero que faça um bom trabalho em prol do Brasil, mas principalmente a favor do pequeno e do médio produtor rural deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Também quero fazer uma saudação ao nosso Ministro, parabenizá-lo por vir a esta Casa. É sempre um prazer muito grande recebê-lo aqui na nossa Comissão de Agricultura, que julgo ser uma das comissões mais



importantes porque debate uma das maiores matrizes econômicas do nosso País, que é a agricultura. Tanto a grande agricultura, a agricultura de exportação, como a agricultura que faz frente ao mercado de consumo interno.

Eu sou de um Estado essencialmente agrícola, o Paraná, e lá a agricultura familiar é quem comanda. Mais de 80% dos estabelecimentos agrícolas de meu Estado são de agricultores familiares, vão até quatro módulos fiscais. E são responsáveis por 48% do valor bruto da produção. Ou seja, eles alimentam o Estado do Paraná. Eu acredito que não seja diferente no Brasil. O Brasil é alimentado pela agricultura familiar. É claro que nós temos a grande agricultura, a produção de grãos para exportação, mas quem coloca a comida na mesa do povo brasileiro é o agricultor familiar.

Por isso, a importância do Ministério que V. Ex<sup>a</sup> comanda, das políticas que V. Ex<sup>a</sup> aqui relatou.

Eu queria dizer que o Paraná sentiu muito a diferença, com o Governo do Presidente Lula, em relação às políticas agrícolas que foram colocadas em prática. Hoje nós temos uma agricultura familiar mais vigorosa. Há menos pessoas saindo do campo para a cidade, ou seja, nós queremos o desenvolvimento da agricultura, mas também queremos uma área rural com gente. Não dá para ser uma área rural sem gente, uma área rural só de produção de grande escala.

O Paraná sentiu profundamente essas mudanças, mudou muito a característica, a forma de produção, melhorou a vida das pessoas no campo. Nós temos uma região, que é a região do sudoeste do Paraná, que é composta, 100%, por pequenos agricultores. A mudança que houve na economia daquela região com a intervenção das políticas da agricultura familiar foi impressionante.

Eu fico muito animada porque a Presidenta Dilma tem um compromisso muito grande com esse setor. V. Ex<sup>a</sup> já falou aqui desse compromisso. Ela, recentemente, divulgou algumas ações para o Plano Safra 2011/2012.

Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> nos falasse um pouco...

Eu sei que nem todas as ações estão consolidadas, mas ela já adiantou um pouquinho sobre a questão do crédito, dos valores, da forma dos empréstimos, dos limites. Eu penso que vamos ter muito boas notícias sobre o processo do Plano Safra 2011/2012, assim como também das mudanças no manual do crédito agrícola brasileiro. Vamos ter uma audiência no dia 9 de junho – não é, Presidente? –, para, especificamente, debater esse aspecto. Penso que vai ser de grande importância para a agricultura brasileira.

Outro aspecto que acho importante, que teve um avanço sensacional – V. Ex<sup>a</sup> discorreu sobre isso – foi a alimentação escolar. Nós temos 30% da produção da agricultura familiar na alimentação escolar. Tenho visitado os Municípios do Estado e é impressionante como as professoras, como os



trabalhadores em educação relatam a qualidade dos alimentos. Muitas vezes eu vou lá e lancha. Aproveito as viagens que faço para lancha. Desde o alimento *in natura*, as verduras, as frutas, que são de altíssima qualidade, até os alimentos processados – as compotas, o pão caseiro. É muito legal ver as crianças comendo com gosto aquela alimentação.

Nós temos um problema, que é o de atingir a totalidade de nossas escolas. Infelizmente as grandes cidades não fazem isso. Como é que nós temos condições de fazer com que Município, como, por exemplo, a Capital do meu Estado, Curitiba, possa servir alimentação de qualidade em suas escolas? Eu sei que há problema de logística. Muitas escolas já têm a merendeira. Fazem contratação terceirizada...

De que forma poderíamos ter uma alternativa, se não for voltar com as merendeiras? Eu também estou convencida de que em muitas escolas nós teríamos de voltar com as merendeiras. Se não é voltar, como é que nós colocamos esse produto de qualidade para quem serve a merenda para nossas crianças e fechamos esse ciclo virtuoso, que é dar condições ao agricultor familiar de ter sua produção colocada e de fazer com que nossas crianças se alimentem com qualidade. É mais barato, com qualidade. É um ciclo virtuoso.

Talvez esta Casa tenha de pensar – não sei, Senador, Acir, em uma lei que possa dar um prazo para que a Lei da Merenda escolar seja colocada em vigor. Digo isso, para que ela seja cumprida na sua totalidade. Ela está em vigor, tem de ser, mas não damos um prazo de ajuste. Então esses grandes Municípios acabam levando isso... Vai tocando... Vai tocando... Vamos ver lá na frente.

Talvez a gente tivesse de dar um prazo, por exemplo: “no prazo de quatro anos todas as escolas e todos os Municípios têm de se adequar ao determina essa lei”.

Eu queria que o senhor discorresse um pouco sobre isso, para ver se é possível nós fazermos algo para colaborar para resolver esse problema que julgo que é um dos mais importantes que temos para a educação e para a agricultura brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann .

Com a palavra o Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, é uma alegria muito grande receber nesta Comissão o Ministro de uma das Pastas mais importantes, notadamente porque é uma Pasta que tem atribuições específicas, voltadas para o desenvolvimento do meio rural e para o apoio à pequena agricultura, à agricultura familiar, que tem dado uma contribuição muito grande ao desenvolvimento deste País.



Não fosse a agricultura familiar, como falou a Senadora Gleisi, nós não teríamos o emprego, a renda que hoje é proporcionada por meio dessa atividade agrícola, que é praticada no campo.

Gostaria de saber se o Ministério de V. Ex<sup>a</sup> está acompanhando um projeto apresentado no ano passado e reapresentado neste ano, sobre o desenvolvimento rural sustentável, que atribui aos territórios instalados em cada Estado uma integração importante entre o meio urbano e o rural. E, quanto à agricultura, esse projeto não faz distinção entre o agronegócio e também a pequena empresa, porque todos, de forma diferente, mas trabalhando no mesmo objetivo, dão uma contribuição importante para a sustentabilidade econômica do nosso País e para o fornecimento de alimentos não só para o consumo interno, como também para a exportação.

Queria saber se V. Ex<sup>a</sup> apoia esse projeto, que teve uma discussão intensa, por mais de 10 anos, no âmbito não só do MDA, como também de sindicatos e associações ligadas à agricultura.

Esse projeto foi, portanto, uma sugestão dessas entidades, e tive a honra de ser escolhido para apresentá-lo. Ele está na Comissão de Justiça, e o Relator é o Senador Eduardo Suplicy. Esperamos que a Comissão de Justiça se debruce sobre a constitucionalidade e a legalidade. Logo em seguida, essa matéria virá para a Comissão de Agricultura, na qual será discutido o seu mérito.

Queria saber se V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento desse projeto e o que acha de seus objetivos; se há viabilidade de aplicação das suas normas no Brasil, que enfrenta, sem dúvida alguma, um dos grandes gargalos, que é ainda o desemprego.

Se conseguirmos colocar o homem detido no lugar – “detido”, de uma forma positiva: fixado no seu ambiente de trabalho, onde nasceu, com sua família, com a sociedade com a qual conviveu desde pequeno –, evitando o êxodo, a inchação das grandes cidades, vamos, sem dúvida, ajudar o Brasil a evitar as grandes disparidades que existem nas periferias das grandes cidades, como desemprego, violência, criminalidade, falta de habitação e de condições de saúde adequadas, que existem nos centros urbanos. Então, o apoio à agricultura sob qualquer forma é de fundamental importância para a fixação do homem ao campo.

E há outra indagação que gostaria de fazer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Ministro Afonso Florence, do Estado da Bahia, Deputado Federal entre os mais – o mais votado? – do Partido dos Trabalhadores, amigo do nosso querido Governador Jaques Wagner, por quem temos a maior consideração – Sergipe e Bahia têm uma grande integração. Gostaria de saber o seguinte: foi aprovado agora o Código Florestal pela Câmara dos Deputados, e não há uma unanimidade em torno desse Código Florestal.

Quanto a algumas alterações, elas foram apoiadas pelo Governo, como, por exemplo: todos os produtores com imóveis de até quatro módulos



fiscais, de 20 a 400 hectares, estão dispensados de reflorestar a Reserva Legal e continuarão obrigados a manter Áreas de Preservação Permanente (APPs) e ainda a registrar como Reserva Legal a mata nativa que ainda reste em suas propriedades. Isso para os pequenos proprietários, de 20 a 400 hectares, ou seja, de até quatro módulos. Esse texto que foi aprovado teve o consentimento, quer dizer, o “aprove-se” do Governo.

Mas há uma controvérsia. A elaboração do programa de regularização ambiental, que, pela atual legislação, é feita só pela União, seria também uma atribuição dos Estados e do Distrito Federal. O Governo da Presidenta Dilma aprova que seja somente a União que tenha essa prerrogativa. Então, eu gostaria de saber – e que V. Ex<sup>a</sup> entrasse em detalhes – o porquê da... Eu acho que a Presidenta está certa. Agora, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> desenvolvesse a tese da Presidente, por quê? Para que possamos defender essa tese aqui na Comissão do Meio Ambiente e também na Comissão de Agricultura, porque certamente esse projeto virá para cá.

E, afinal: novas faixas que o produtor será obrigado a reflorestar em margem de rio caso tenha desmatado. A primeira faixa já está no relatório: 15 metros. As demais serão acrescentadas. No caso dos rios mais largos, cuja APP é de 500 metros, o produtor teria de replantar somente 100 metros. Então, há uma nova previsão de mata ciliar para pequenos produtores (de até quatro módulos). Em vez de serem submetidos aos atuais limites, quem desmatou não precisará recuperar tudo; apenas uma área que não ultrapassar 20% de sua terra.

Então, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> também discorresse sobre isso que a Câmara dos Deputados aprovou e também sobre o percentual da propriedade rural que será preservado. Quer dizer, os percentuais são: Amazônia, 80%, mas parece que foi aprovado um dispositivo lá que pode reduzir para 50% na Amazônia; o Cerrado, de 35%; e demais regiões, como o nosso Nordeste, de 20%. O que acha V. Ex<sup>a</sup> desses limites? Porque, quando for regularizar sua propriedade, será permitido reduzir a Reserva Legal dos atuais limites de 80 para 50% na Amazônia Legal. O Governo não aceita essa redução. E acho que o Governo está certo.

Sei que V. Ex<sup>a</sup> é do Governo e apoia essa medida, mas eu gostaria, até para convencimento daqueles recalcitrantes, o porquê de apoiarmos – porque apoio – essa não redução de 80 para 50% na Reserva Legal na Amazônia.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Para concluir o ciclo de perguntas, Sr. Ministro, faço uma colocação a V. Ex<sup>a</sup>. A Comissão da Pastoral da Terra de Rondônia vem fazendo um diagnóstico nos assentamentos e nos acampamentos, em alguns Municípios



do Estado de Rondônia, e chegou à conclusão de que essa população está tendo uma dificuldade com relação ao atendimento governamental. Relatórios da Pastoral da Terra revelam que as famílias até estão organizadas para conquistar a terra, mas não conseguem se organizar para permanecer e produzir na terra, de forma apropriada e com sustentabilidade. Quais as políticas governamentais para atender aos assentamentos da reforma agrária, na região Norte, em especial no meu Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Com a palavra o Ministro Afonso Florence, do MDA.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Presidente Acir, para responder a essa pergunta, vou também tentar responder às ponderações desenvolvidas pelo Senador Jayme Campos, no que diz respeito à reforma agrária e também a alguns aspectos da primeira intervenção do senhor.

No pacote, Senador Gleisi, de anúncios que a Presidenta fez nas últimas semanas está a liberação de todo o financeiro do previsto no orçamento de 2011 para obtenção de terras e assistência técnica. Então, a nossa expectativa é que, de acordo com o previsto em lei para obtenção de terras, façamos dois depoentes, um em junho e outro em julho; e para assistência técnica, na medida em que toda prestação de contas for apresentada, nós estamos em condições de antecipar todo o financeiro, ou seja, de acordo com os prestadores de serviços, a tramitação da obtenção de terras, nós vamos honrar todos os compromissos ainda no meio do ano. É uma determinação que exemplifica o grau de prioridade da Presidenta Dilma para a reforma agrária e os assentamentos de reforma agrária e assistência técnica.

O Incra brevemente divulgará pesquisa que está fazendo e, no que diz respeito tanto à primeira fala do Sr. Presidente, como do Senador Jayme Campos, nós podemos dizer que, em decorrência do desenvolvimento econômico em curso no País, em decorrência da dinâmica no rural brasileiro, nós estamos vivendo um período que, por determinação da Presidenta e pela imposição do País, deve viver um processo de resignificação da reforma agrária. Nós priorizaremos a produção dos assentamentos existentes. A pesquisa que eu disse o Incra vai divulgar em breve, os números parciais que nós temos, Senador Valadares, apontam que a situação de precariedade das famílias assentadas incide naquelas recentemente assentadas. Com o passar dos anos, há um incremento na produção na medida em que venha a regularização fundiária, na medida em que venha a regularização ambiental, na medida em que venham o fomento, o crédito, a assistência técnica, há um processo de inclusão produtiva. Nós temos assentamentos, cooperativas de assentamentos com produção hoje já em escala, acessando crédito no Mais Alimentos. E um dos anúncios que a Presidenta fez também, e que é um grande avanço a partir de tratativas do MDA com o Ministério da Fazenda e o BNDES, nós vamos



acessar fomento, vamos monitorar a gestão de cooperativas em parceria com o BNDES.

Então, onde normalmente, senhoras e senhores, se detecta pobreza nos assentamentos? Quase invariavelmente naqueles recém-implantados. Eram homens e mulheres que estavam acampados, às vezes, na beira de estradas, que ingressam na terra e que têm que ter acesso ao fomento, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização da produção, para serem inseridos no processo produtivo e, assim, lograrem êxito na melhoria da sua renda e na qualidade de vida de suas famílias.

A dinâmica econômica no rural brasileiro, o processo de desenvolvimento em curso no País, e que temos convicções pelas decisões da Presidenta Dilma terá continuidade, nós temos um propósito de debater com todos os segmentos da sociedade civil e organizada, com o setor produtivo, com o Parlamento brasileiro, com os senhores e com as senhoras, que ingressamos no séc. XXI com um modelo de desenvolvimento para o qual o País demanda a reforma agrária. Vamos fazer a reforma agrária de que o País precisa. Faremos uma reforma agrária que atenderá à família, ao homem, à mulher, ao produtor, à produtora que necessitam da terra para morar e para trabalhar, mas, principalmente, a reforma agrária de que o País precisa, sem proselitismo político. É claro que há o componente político, no sentido da grande política, que é o que vi serem as preocupações dos Senadores e das Senadoras que se pronunciaram hoje aqui.

Então, precisamos reformar o setor agrário nesse sentido, nas regiões mais deprimidas, onde há a possibilidade de famílias que não têm terra terem acesso à terra, para produzirem, para viverem bem. Assim, na região rural, haverá estabilidade demográfica, e ali as pessoas viverão bem, produzindo e comercializando. Mas temos a nitidez de que, na reforma agrária, nesse ambiente novo de desenvolvimento, com essa resignificação, a regularização fundiária é fundamental.

Quero agradecer-lhe, Senador Cassol, suas palavras. E nos colocamos à disposição de todas as unidades da Federação, independentemente da orientação partidária dos gestores centrais, dos governadores e das governadoras, para estabelecermos uma parceria. Estamos consolidando, por orientação da Presidenta Dilma, uma dimensão de relação federativa com Estados e com Municípios e pretendemos aprofundar não apenas a obtenção de terras pelo Incra, mas também a regularização fundiária na Amazônia Legal, crédito fundiário, regularização fundiária em outros Estados da Federação. Nosso propósito é criar condições favoráveis para que, no setor rural brasileiro, haja homens e mulheres produzindo, com crédito, com assistência técnica.

No que diz respeito ao MDA, nossa responsabilidade é com a agricultura familiar. É claro que vamos buscar aperfeiçoar – esta é prioridade do



Incrá – a gestão territorial, a gestão fundiária nacional. Precisamos conseguir dar mais celeridade à tramitação do CCIR e tomar outras providências de gestão que nos subsidiam na área de populações quilombolas e que subsidiam a ação de outros Ministérios.

A pobreza está sendo diagnosticada nos assentamentos mais recentes. Por isso, quando a Presidenta anunciar o programa de combate à pobreza, haverá um componente de tratamento das famílias acampadas e um componente de tratamento das famílias recém-assentadas. Para as famílias tradicionalmente assentadas, para os agricultores familiares com produção consolidada, vamos buscar aperfeiçoar os instrumentos, e parte desse aperfeiçoamento já foi anunciado pela Presidenta. Enfatizo e reitero: a PGPM da agricultura familiar é uma providência de natureza estratégica para a organização econômica da agricultura familiar no Brasil, bem como o Suasa. Dessa forma, aquela cooperativa, aquele produtor e aquela produtora que produzem derivados de animal poderão produzi-los no seu Município e, com o selo, com a certificação municipal e estadual, comercializá-los em âmbito nacional.

Então, atendemos à demanda de uma reflexão sobre a reforma agrária. Podemos voltar a essa pauta oportunamente, mas nosso propósito é formarmos um cenário em que a agricultura familiar seja oriunda da reforma agrária no sentido dos assentados pelo Incra. Com a regularização fundiária na Amazônia Legal, busca-se criar um ambiente de produtividade, com a produção de alimentos mais saudáveis e mais baratos para os brasileiros e para as brasileiras, incentivando a produção industrial. Destaquei, no caso do Mais Alimentos, que o depoimento da Abimaq e da Anfavea é sempre bem-vindo.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Eu gostaria só de fazer um aparte, se o senhor me permitisse, Ministro.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Pois não, Senador.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Com a experiência – há pouco tempo, falei sobre isso para o senhor – dos dois mandatos de governador, tenho uma sugestão a fazer para o seu Ministério.

O que acontece? No passado, Rondônia serviu como berço da reforma agrária, e, hoje, há a concepção do desmatamento zero. Há uma proposta nossa, do Estado de Rondônia, feita por pecuaristas e por produtores. Muitas das vezes os assentados, quando é assentado, ou é no meio da mata ou é lugar distante e ao mesmo tempo o custo Brasil, o custo para você manter aquele assentado muito grande. E eu tenho uma proposta, uma sugestão nesta Comissão.

Qual é a proposta? Quando a gente dá um pedaço de terra para alguém...

Tem um pessoal que está discursando aqui dentro poderia até discursar mais baixo. Os assessores aqui falam mais até do que os Senadores.





Mas isso é normal, é só para não atrapalhar a gente aqui. Nós somos poucos aqui. Desculpem-me eu sou meio polemico mesmo.

Mas especialmente nessa questão dos assentamentos. Por que não pegar os novos assentamentos em torno das grandes cidades para a produção fruticultura. Ai o senhor agrega mais mão de obra, o senhor segura naquele pedaço de terra a família inteira produzindo frutas, produzindo hortaliças. Enquanto nós colocamos às vezes o cidadão lá dentro do mato, o pessoal fala assim: não, mas lá dá 100 hectares de terra. Hoje para derrubar 20%, que é o que a lei permite, é muito pouco. E se nós colocarmos ele em torno dessas grandes cidades nós vamos estar segurando o agricultor no pedaço de terra, eles vão estar produzindo fruticultura com casa própria – porque o Ministério tem como construir a casa e, já está nos programas – e ao mesmo tempo acesso à escola, acesso às grande Ceasas, aos centros comerciais de produção e com isso, com certeza nós vamos ter um aproveitamento muito maior. Porque eu estou falando isso para o senhor?

Nós falamos esses dias aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, que nós temos a maioria – olha o que eu vou falar para o senhor agora – se o senhor fizer um levantamento dos beneficiados da reforma agrária, quantos estão assentados na terra, o senhor vai se impressionar pelos números. A exemplo disso, temos poucos os assentados que começaram em 77,78, 80 – a exemplo na região de Colorado um assentamento que tem lá – eu conheço o meu sogro que está lá a trinta e poucos anos no mesmo pedaço de terra, mas os vizinhos ao redor, a maioria do restante ao redor todo mundo comercializou e vendeu. Mas se o senhor pegar um assentamento novo boa parte já vendeu e comercializou, porque a dificuldade dele é muito grande. Às vezes uma pessoa da família fica doente...

Então como sugestão, no modelo novo que nós queremos implantar, especialmente nós que estamos aqui com o Código Florestal que vamos aprovar em breve, vamos estudá-lo, vamos debater o Código Florestal... Para não ter novos desmatamentos, a sugestão que eu levo é para que se estude, a equipe técnica para, em torno das grandes cidades quinze, vinte quilômetros longe, que possa transportar mercadoria, ai sim compra-se aquelas propriedades e faz-se o assentamento agrário, não com um pedaço de vinte hectares, nem com trinta hectares mas que seja quatro, cinco hectares, um pedaço pequeno que a pessoa possa produzir – e não vai mexer com gado, pode ter uma vaquinha de leite, no mais é produzir fruticultura para poder abastecer os grandes centros. E aí com isso a gente vai ter uma mão de obra muito mais agregada e é o propósito da reforma agrária que é o desenvolvimento agrário que é o MDA.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Senador muito obrigado. Nós vamos levar em consideração essa sugestão, vou dirigir à equipe do MDA e do Incra, ressaltando apenas que nesse modelo que nós precisamos



avançar, eu acho que é o País – e o debate aqui no Senado é importante, aqui no Congresso é importante – tem que diagnosticar a dinâmica econômica, a dinâmica propriamente fundiária e a viabilidade do seu próprio setor de assentar de acordo com a proximidade. Lógico, não pode ser muito distante; agora, é óbvio que a conveniência perto dos mercados consumidores é a mais latente, mas também são regiões onde o custo do metro quadrado às vezes é muito maior.

Mas é uma variável importante e nós vamos levar em consideração.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Mas é o custo/benefício, porque o senhor distante, lá dentro do mato, o custo de fazer a infraestrutura, estrada, escola...

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – É verdade.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Então, é melhor pagar vinte conto por alqueire pertinho, trinta mil reais o alqueire... Quer dizer, custa muito mais barato no final porque você está segurando a família em torno da cidade...

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Produz e tem onde comercializar...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – E você não tem um bolsão de miséria, tu tens na verdade um bolsão de produção de fruticultura.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Então, só para concluir em relação a solicitação da Senadora Gleisi, a Presidenta anunciou R\$16 bi, redução das taxas de juros de investimento de até R\$10 mil para 1%, manteve 0,5% para o Pronaf B, ampliou o limite de crédito do B para 7,5% e manteve o rebate de 25%.

Acima de R\$10 mil, todos os empréstimos podem agora ser feitos no limite de 130, que era o limite maior, e todas as taxas de juros e de investimentos descem para a menor, que é 2%, além disso, a PGPM da agricultura familiar, o Suasa e uma série de outros procedimentos que consolidam a organização produtiva da agricultura familiar. Oportunamente, no anúncio do Plano Safra, a Presidenta Dilma, mais detalhadamente anunciará.

Para terminar, quero agradecer ao Senador Valadares suas palavras. Para nós, o PL nº 258, de 2010, tem um componente estratégico. Vai ser uma oportunidade desta Casa e do Congresso Nacional debater a demanda de planejamento territorial que o Brasil hoje possui. Hoje, os Municípios fazem seus planos diretores, delimitam a zona rural e planejam a urbana.

O MDA, através dos territórios de cidadania, eventualmente tem planos territoriais, mas que não têm um rebate nas cidades, nesses territórios.

O meio ambiente, com as unidades de conservação, demandam que a produção havida, seja nas cidades, seja no rural, tenha uma integração. A Ministra Izabella e o Ministro Negromonte nos debruçamos sobre este tema, e



as nossas equipes técnicas estão refletindo sobre a possibilidade de buscarmos uma integração no plano de planejamento territorial, Senador Valadares. Então, a tramitação e a aprovação desse PL é fundamental para um salto de qualidade no planejamento público, no planejamento regional do Brasil.

Com relação ao Código Florestal, no âmbito do Governo, por orientação da Presidenta Dilma e com a coordenação do centro do Governo e da Ministra Izabella, nós fechamos uma posição que foi a que o Governo, através de sua área política, remeteu para o Deputado Aldo, para dialogar com o Deputado Aldo. E estivemos também na Câmara, no Colégio de Líderes, eu próprio, o Ministro Rossi, a Ministra Izabella e o Ministro Luiz Sérgio, debatendo – para simplificar, porque são muitos os itens. Mas, tratando dos temas que me foram solicitados, vale dizer que, no fundamental, o princípio da precaução ambiental, da regularização ambiental e da segurança econômica, jurídica e política, da capacidade instalada da produção rural brasileira, está contemplada na proposta que o Governo elaborou e encaminhou para dialogar com a Câmara, com o Deputado Aldo.

Uma parte bastante significativa, fundamental para nós foi incorporada no novo relatório, foi votada. A liderança do Governo, Deputado Vacarezza, orientou “sim” nesse substitutivo, e essa foi uma posição com uma exaustão de análise técnica, mas uma unidade política absoluta no âmbito do governo dos três ministérios finalísticos que trataram do tema – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente. Nós temos convicção de que, com as regras estipuladas de proteção de nascente, de caracterização do que é topo de morro – e topo de morro passou a ter uma definição muito precisa –, de regularização dos plantios perenes consolidados, os cultivares variados, as regiões dos países distintas onde existe área consolidada, nós, digamos assim, no fundamental, estamos garantindo a regularização.

APP de rios é fundamental, porque o manancial é um ativo ambiental, ele é recurso natural, mas é natureza também. Nós precisamos bombear, irrigar, mas, se não houver instrumentos de preservação do manancial, num futuro muito distante, não haverá disponibilidade hídrica para abastecimento humano, irrigação e dessedentação de animais.

Então o que o Governo encaminhou tem o princípio da segurança econômica, da produção da agricultura em geral; incluímos a agricultura familiar, mas transigimos para quatro módulos ou 150 hectares, quer dizer, não só os agricultores familiares, mas o pequeno produtor tem regras, digamos assim, mais adequadas a eles; e o grande produtor, regras adequadas a eles.

E o motivo pelo qual o Governo orienta no sentido da conveniência da manutenção de prerrogativas da União, para estabelecimento de regras, é porque nós temos condições de assim contemplar a preocupação que é dos produtores rurais. Nós temos rios como o São Francisco, o Uruguai, onde nós



temos áreas consolidadas da agricultura familiar, da agricultura da produção rural empresarial, e temos regras, agora, permitindo a compensação ambiental, no mesmo bioma, em outros Estados; e a mediação dessa dinâmica de preservação de áreas consolidadas, de autorização de empreendimentos com compensação ambiental, no mesmo bioma, em outras Unidades da Federação, requer um protagonismo da União numa dimensão federativa, porque nós temos a legislação prevendo o funcionamento do GAC – portanto, não há retirada de prerrogativas de Estados e Municípios dos comitês de bacias. Pelo contrário, o que há é uma tentativa de arranjo que, preservando as prerrogativas da União para regular parâmetros, que são parâmetros nacionais, poderão estabelecer critérios que garantem a produção, a segurança econômica, a regularidade ambiental, a segurança jurídica e a precaução ambiental, evitando que Estado passe a reger leis que deem um ambiente de competição entre os Estados.

Então essa é a abordagem que justifica o posicionamento do Governo de indicar a manutenção das prerrogativas da União.

Então, reiterando, Senador, a posição nossa é uma posição que busca a consolidação e a regularização da capacidade plantada e em atividades econômicas de outras naturezas, que preserve as prerrogativas de Estados e Municípios, mas em função de haver regras como a possibilidade de compensação ambiental, no mesmo bioma, em outros Estados; de haver a necessidade de monitorar áreas prioritárias de biodiversidade, estabelecidas pela União; a preservação das prerrogativas de regular esses parâmetros... Haverá a continuidade das prerrogativas municipais de gestão ambiental e estaduais de bacias hidrográficas. Mas é necessário que a União estabeleça parâmetros através dos quais cada ente federado e cada unidade prevista no Sisnama possa exercer suas prerrogativas com um equacionamento, digamos assim, dos interesses nacionais em jogo.

Eu destaquei, Senador Ivo Cassol, o caso do rio Uruguai, o caso do rio São Francisco... Nós temos rios, bacias nacionais, que requererão uma regulação nacional; nós temos biomas em diversos Estados.

Então a posição do Governo nesse sentido é de ter um ambiente onde, ao invés de surgir condições para que Estados ou Municípios crie uma dinâmica de competição, nós possamos acabar com a guerra fiscal, mas não queremos uma guerra de desregulamentação ou excesso de regulamentação ambiental.

As prerrogativas da União são para respeitar, digamos assim, a dimensão federativa, de respeitar o Sisnama, implantar o GAC – Gestão Ambiental Compartilhada, porque os Municípios têm que exercer suas prerrogativas; entretanto, tem que haver uma regulação nacional.

O nosso balanço é um balanço positivo. Nós achamos que em casos de interesse social, agricultura familiar, nesses rios de maior porte, é possível transigir na APP. Mas isso tudo vai exigir uma regulação nacional.



Então essa foi a posição do Governo. Obviamente o Congresso Nacional tem as suas prerrogativas, mas temos o objetivo de garantir a produção e de propiciar segurança jurídica com sustentabilidade ambiental.

Recentemente, num domingo, num programa sobre o setor rural de grande audiência, vi uma matéria sobre Lucas do Rio Verde e um Município vizinho, onde os gestores municipais implantaram programas de recuperação de APPs e de rios. Se não me falha a memória, em Lucas do Rio Verde, 65% das APPs já estão recuperadas. Os empreendedores, os empresários, ao serem entrevistados, disseram: “No início, eu já desconfiava disso, mas vi que isso é importante para a nascente e para o rio. Isso não causa impacto na viabilidade econômica do meu empreendimento”.

A Câmara está de parabéns por ter aprovado o substitutivo. Nossa expectativa é a de que, com a tramitação, cheguemos a uma solução que seja do interesse do País – e tenho esta convicção –, que é a preservação da produção com precaução ambiental e com segurança jurídica, para continuarmos a ver essa pujança no setor rural brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Vou concluir.

Eu queria dizer que o Ministro tem a característica de ser baiano, é parecido com o Ministro Mário Negromonte.

V. Ex<sup>a</sup> é baiano, não é? É da Bahia?

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Sou da Bahia.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – É uma alegria!

Eu queria aproveitar a sua exposição, para fazer uma reflexão com o senhor e com todo mundo que fala mal do nosso Código Florestal.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Senador, não falo mal de ninguém, menos ainda do Código Florestal do senhor.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Não. Falo só da questão de Petrolina. Sabemos que, em Petrolina, na sua região, há um dos maiores setores de produção de frutas no Brasil. Faço uma pergunta para o senhor: se colocarmos essa questão, a ferro e fogo, do jeito que os ambientalistas querem, quantos produtores de frutas sobrarão à beira do São Francisco? A legislação é clara: são 500 metros nos grandes rios. E boa parte desses produtores está próxima a eles.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Senador Cassol, nós nos debruçamos sobre aquele caso e – não é exagero dizer – sobre mais de uma dezena de similares. Não estamos aqui para debater com nenhum setor da sociedade. Estamos aqui para propor uma solução exequível. Eu lhe digo: pela proposta do Governo, todos ali poderão contar com a regularização ambiental e



poderão produzir, mesmo que sejam mantidas as prerrogativas da União para regular a situação.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – É isso que quero.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Por isso, reivindicamos as prerrogativas da União, para que cada Estado, dentro de uma conjuntura específica de correlação de forças, sob pressão de um dos segmentos, não passe a ter uma regulação tão díspare, que desmonte a votação que aprovou o substitutivo, Senador.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – É nessa questão que quero entrar, Ministro.

Todo mundo conhece os países da Europa. É como se, no nosso Brasil, cada Estado fosse um país daquele continente. Sabemos das nossas dimensões regionais, das nossas potencialidades regionais. Se o Governo Federal – quando falo do Governo, eu me refiro a todos os Governos passados – tivesse competência de gerenciamento, não estaríamos, hoje, aqui, discutindo o Código Florestal.

Em Brasília, é muito fácil, Ministro. Vemos Ministro do Meio Ambiente e técnicos de Pastas falarem do Brasil dentro de salas de ar-condicionado. Aí eles ligam a televisão... Estou dizendo isso por que o senhor falou para trazer essa decisão para o Palácio, para cá. Eu queria dizer para o senhor que quem está na ponta sabe a necessidade que existe. Não quero, de maneira alguma, tirar do Palácio do Planalto, do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama ou do Instituto Chico Mendes a prerrogativa que têm de legislar, mas não podemos deixar que o Ministério do Meio Ambiente decida isso totalmente. Primeiro, não há gente, não há estrutura, não há condições para se fazer isso. Então, é preciso fazer isso em parceria com os Estados, que devem ter limite. E nós temos de impor os limites e as regras.

Não se pode comparar, por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul com o Estado da Bahia, bem como não podemos comparar o Estado da Bahia com o Estado de Mato Grosso, que, por sua vez, não pode ser comparado com o Estado de Rondônia, que também não pode ser comparado, por exemplo, com o Acre. Cada Estado tem suas condições regionais.

Então o que nós precisamos disso? É que infelizmente, a estrutura de Governo, o Ministério por mais que tenha se desdobrado – não tem equipe, não tem gente, não foram eficazes nesses anos que passaram – o senhor viu no começo da palestra, quando o senhor antes de abrir a palavra eu falei dos ex-ministros. Se nós temos que punir alguém – eu quero que o Brasil inteiro me ouça agora – se nós tivermos que punir alguém porque cometeu irregularidades, a primeira coisa que nós tínhamos que botar cadeia eram todos os Ministros do Meio Ambiente, porque não cumpriram o que estava escrito. Não adianta você sempre correr atrás. O que é que tem acontecido o tempo inteiro? Só vão para fazer repreensão, só vão com espingarda na mão tratar os caras como



bandidos. Sabe o que é que o INCRA fazia no passado Ministro, o senhor que é dessa área? O INCRA dizia lá no nosso Estado, nós estamos aqui na Mesa o Senador Presidente dessa Comissão é o Acir Gurgacz, ele é empresário empreendedor, o senhor é lá do Paraná e foi para lá também. Sabe o que é que o INCRA dizia? Ou você desmata ou você perde a terra. É como disse a Senadora Gleisi aqui, no Paraná falam o seguinte: só tem financiamento se você desmatar e quando a tua área for maior.

Então, o que é que aconteceu esses anos todos? A própria estrutura de Governo Federal que tinha tudo na mão para botar em prática não botou. Não colocou. E é isso que estou querendo demonstrar, que nós queremos debater que nós temos um País muito grande e a estrutura que o Governo tem é muito pequena. Podem ver aí, agora contingenciou 50 bilhões. Eu sou a favor de contingenciar, o Presidente entrou com que ter pulso firme. Mas o que é que ela fez? Proibiu contratação. E aí o que aconteceu? Quando você proíbe a contratação você não tem gente para poder atender na ponta. Aí só vem quem depois? Só vem o pessoal armado, a Força Nacional, Polícia Federal ganhando diárias milionárias e aquilo tudo é um sugestão ao Sr. Ministro.

Nos arredores dos parques estaduais, nas reservas federais da Amazônia, das reservas indígenas qual maioria está ao redor? São assentamentos do INCRA. Por que ficar pagando diária milionária para sair polícia daqui para lá, por que não pagar o salário para aquelas pessoas que estão no entorno para que eles cuidem do parque, para eles cuidarem dessa reserva? Eles não podem deixar ninguém entrar porque senão eles perdem. Passa a ser rentável isso, dá muito mais do que volta e meia mandar botar 186 milhões – igual colocaram em 2009 – para poder combater o desmatamento na Amazônia. Só de diária e despesa para pagar diária para o pessoal de lá. E aí, tem um servidor federal que gosta disso porque está ganhando diária, se não tem diária não vão.

Então o que nós precisamos é compartilhar com os Estados. A exemplo disso, o senhor viu que eu agradeci antes, que uma vez o ex-ministro foi falar em uma audiência que tinha convênio com todos os Estados e, eu o desmenti em público, junto com o Presidente. Eu disse não é verdade! Eu falei: agora nós temos com vocês. E as coisas estão evoluindo. Então essa parceria que é fundamental. O que nós não podemos é deixar na mão do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente o poder de comando sozinho. O que eles tem que ter é, sim, o condutor. Eles serão os nossos motoristas, eles estão pilotando esse Boeing e nós juntos seremos os co-piloto. Agora o que nós não podemos, é continuar enchendo eles de poderes quando na verdade a maioria só fazem discursos para a imprensa, eles não podem ver um microfone – esses ambientalistas você não pode dar um microfone –, eu acho que se eles vêem uma câmera de televisão e um microfone eles já saem dando um discurso em



cima disso, em vez de fazer preventivo em tudo. Não fazem, infelizmente é o que tem acontecido. Por isso que eu sou a favor de distribuir trabalhos, obrigações e deveres sem ter legislação à parte, mas uma conduta para todos.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Senador eu quero agradecer e me colocar à disposição para continuar esse diálogo, mas tenho que concluir minha participação com duas observações.

Primeiro, que o convênio e o andamento que está sendo dado com os Estados através Serfal/MDA, inclusive com seu Estado...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Eu agradei. Está ok!

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Não, desculpe Senador. É só para fazer justiça, eu estou executando PPA anterior, eu estou executando o orçamento aprovado o ano passado, e o estou procedendo nesses aspectos que me foram transmitidas no processo transição pelo Ministro Cassel. Isso estava previsto anteriormente, se em alguma oportunidade não foi possível executar, certamente não foi por ausência de previsão ou por ausência de decisão política do Ministro. Porque na transição as atribuições da Serfal na pauta como prioritárias, e felizmente o senhor reconhece agora estão sendo postas em prática.

No que diz respeito às posições que o senhor expressa da conveniência de que a regularidade ambiental não seja impeditiva à produção, eu quero, permita-me, tranquilizá-lo de que isso está contemplado na proposta do Governo, assim como também está contemplada, na proposta do Governo, que os Estados e os Municípios terão seu protagonismo naquilo que é sua competência constitucional.

Entretanto, nós não estamos, Senador, advogando capacidade legislativa, prerrogativa legislativa, como parece ter soado ser a posição do Governo para o MMA ou para o Conama. Não é isso. O que nós estamos dizendo é que, com o novo Código, há alguns aspectos que devem ser regulados no âmbito de um decreto nacional, que será debatido nesta Casa e que diz respeito a regulação das prerrogativas, que princípios de precaução ambiental devem ser, devem incidir e devem se combinar com a segurança econômica da produção e com a segurança jurídica da produção.

O substitutivo e a proposta do Governo têm como fundamento dar continuidade à produção da agricultura em geral, em particular da agricultura familiar, com segurança jurídica para todos, mas também com precaução ambiental.

Não foi à toa que tantos parlamentares, inclusive que não são da base do Governo, também votaram no “sim” nesse dia. Não foi à toa que o Deputado Aldo declinou do relatório anterior para esse relatório. E para concretizar essa – digamos assim – articulação federativa, com normas nacionais, com esses princípios aos quais eu me referi, e com a preservação das prerrogativas dos Estados, é que nós entendemos ser conveniente que





caiba à União estabelecer esses parâmetros nacionais. E cada Estado, nas suas atribuições, os desdobrariam para seus Municípios. Não estamos subtraindo prerrogativas dos Estados com essa proposta. E reitero: produtores, como os que existem em Petrolina, em Juazeiro, produtores como os que existem no Uruguai serão metidos com regulamentação que a União exarará.

Então, quero tranquilizá-lo com relação a isso.

Presidente, agradeço o convite para estar aqui. Obviamente...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Ministro, antes de V. Ex<sup>a</sup> encerrar...

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Pois não.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Só para tirar...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Com a devida licença do Presidente. É para encerrar. Eu só vou entregar aqui ao...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Eu só queria uma coisa para poder encerrar.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Não sei se respondi ao Senador Valadares, já que ele vai se retirar.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – É só para encerrar esse debate comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor, Senador.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – A atividade da nossa família em Rondônia é PCH. E é lógico que, quanto mais mata houver, mais matas ciliares houver nas nascentes, mais água haverá. E o meu pai – 76 anos –, quantas e quantas vezes, Presidente, foi ao Ibama denunciar as derrubadas dos mananciais? Em nenhuma vez, o Ibama tomou providência; nunca foi lá. Pode perguntar a ele; é meu suplente de Senador e, várias e várias vezes, ele fez isso. Isso é prejuízo. Então, quanto mais houver de preservação, para nós, comercialmente, é melhor. Então, eu não vou defender isso. Eu não estou aqui defendendo desmatamento. Então, por isso...

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Então, estou concluindo que V. Ex<sup>a</sup> vai acabar votando com a proposta do Governo e rejeitando a emenda.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco/PP – RO) – Voto com a proposta do Governo desde que se dividam os poderes. Por que dividir os poderes? O comando geral é da União e, dos Estados, a participação. Por quê? Porque o Estado – fui governador – tem o pelotão ambiental, tem os fiscais ambientais, e eles estão juntos.

Consegui diminuir o desmatamento em Rondônia não foi por iniciativa nem da Ministra Marina Silva – e falo mal dela aqui, falo que ela foi incompetente – nem do Minc; foi nossa, fomos nós que fizemos no Estado.



Então, se o Governo Federal quer ter sucesso em tudo, tem que dividir com os governadores, independente de que partido for, se do PT, se do PMDB, de qualquer partido, mas com o princípio da legalidade e da constitucionalidade.

Desculpe-me, Senador Valadares, mas era só para fechar esse ponto. E, lógico, vamos defender o setor produtivo todos juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Valadares com a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria de felicitar V. Ex<sup>a</sup> pela defesa e reafirmação do propósito do Governo em manter a sua prerrogativa de fazer a regularização ambiental sem tirar os poderes, sem tirar as atribuições específicas dos Estados e dos Municípios, que também são entes federados. Porque, como V. Ex<sup>a</sup> disse, se cada Estado for dispor sobre uma regulamentação ambiental, nós teremos não um Código Florestal, mas um Código Florestal que é repartido nas suas atribuições, e vai haver confrontos, vai haver divergências, vão surgir distorções, sem dúvida alguma, que vão se confrontar com o nosso Código Florestal.

Ora, se estamos aprovando um diploma legal que regulariza a questão das APPs, por que deixar que os Estados venham a dispor sobre isso? Já que as atribuições estão sendo aceitas pelo próprio Congresso Nacional que, apesar das divergências, apesar dos debates que devem ser feitos no Congresso Nacional, nós haveremos de encontrar aqui, no Senado Federal, um *modus vivendi*, um consenso, a fim de que tanto os ambientalistas, como o Governo e os agropecuaristas sejam atendidos naquilo que for justo e equânime para que atenda aos interesses da nossa sociedade, de um modo geral.

Eu queria aproveitar a oportunidade para entregar a V. Ex<sup>a</sup>, pessoalmente, já que esta é a primeira vez que estamos nos encontrando, o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010 – que V. Ex<sup>a</sup> já tem conhecimento, mas quero entregá-lo pessoalmente, faço questão, é uma honra para mim – que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Este projeto foi inspirado numa proposta aprovada pelo Condraf, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado ao MDA. E foi um trabalho que, após dez anos de estudos, de debates, de visitas aos Estados Brasileiros, nós não poderíamos deixar de prestigiar, sem dúvida alguma, esse trabalho do MDA e do Condraf.

Por isso é que foi apresentado este Projeto. Esperamos que esta Comissão venha, o mais rápido possível, a recebê-lo, pois ainda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

Passo, então, às mãos de V. Ex<sup>a</sup> oficialmente o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, porque V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, será um grande cabo eleitoral...

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Com certeza.



**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – (...) na aprovação desta matéria.

**O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE** – Obrigado, Senador Valadares, e parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Muito obrigado, Ministro Afonso Florence pela sua presteza em nos atender sempre. Não só V. Ex<sup>a</sup>, mas também toda a sua equipe, em especial, ao Guedes que nos atende sempre que esta Comissão pede informações, ele prontamente nos atende e, por isso, agradecemos a presteza de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Ministro.

Mas quero colocar, de uma forma bem direta, Sr. Ministro: O Brasil, nos últimos anos, aumentou o seu território agrícola, a sua área agrícola em 48%. Nesse mesmo período, aumentou em 260% a produção de alimentos. Isso é resultado, exatamente, de uma política do Governo que apóia o pequeno produtor, o médio produtor e o grande produtor. Esse é um trabalho do MDA – ficam aqui os nossos agradecimentos.

Mas fica, também, um pedido especial: ajude o nosso agricultor do Estado de Rondônia. Dê um apoio especial na regularização fundiária. Já conversamos com o Guedes aqui, em outra audiência, estivemos lá no Ministério e sei que há uma disposição muito grande de V. Ex<sup>a</sup>, e de toda a equipe, para que a regularização fundiária em Rondônia aconteça o mais rápido possível. E recebemos a informação de que até 2012 estará concluído. Então isso, para nós, é um motivo de alegria, de satisfação em saber que, a partir de 2012, todos os agricultores rurais de Rondônia poderão ter o documento da sua terra, poderão ter acesso ao crédito rural, aos planos de governo, às ações governamentais.

Portanto, fica aqui o nosso agradecimento. Quero dizer que estamos à disposição, que toda esta Comissão está à disposição do Ministério. Tudo o que pudermos fazer para melhorar o seu trabalho, nós o faremos, porque sabemos que o trabalho do Ministério vai resultar na melhoria de qualidade de vida do homem do campo.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, lembro a reunião da realização do 8º Seminário do Ciclo de Debates no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal, a realizar-se amanhã, dia 27 de maio, às 14 horas, com o objetivo de avaliar a cadeia produtiva do leite, a ação dos conselhos estaduais, o preço pago aos produtores e a implantação da Instrução Normativa nº 51, de 2002, com a presença dos seguintes convidados:

- Dr. Gilberto Antônio Piccini, Presidente da Câmara Temática do Leite (2010-2014), Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul;



---

- Dr. João Antonio Fagundes Salomão, Coordenador-Geral para Pecuária e Culturas Permanentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

- Dr. Bruno Barcelos Lucchi, Assessor da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- Deputado Jesualdo Pires Ferreira Júnior, da Assembleia Legislativa de Rondônia, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Lembro, ainda, que os cidadãos poderão fazer perguntas e participar do referido debate por meio da Internet, através do endereço [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado), pelo Twitter @AloSenado e pelo telefone 0800612211. A ligação é gratuita pelo telefone fixo, celular ou público.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

*(Levanta-se a reunião às 10 horas e 57 minutos.)*